

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

ANA PAULA CAVALI FONTANA

**TECENDO RELAÇÕES: A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESPAÇO
PARA ALÉM DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
DEZEMBRO - 2018**

ANA PAULA CAVALI FONTANA

**TECENDO RELAÇÕES: A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESPAÇO
PARA ALÉM DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Romilda de Souza Lima

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
DEZEMBRO – 2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Fontana, Ana Paula Cavali

Tecendo relações : a feira da agricultura familiar como espaço para além da comercialização de alimentos / Ana Paula Cavali Fontana; orientador(a), Romilda de Souza Lima, 2018.

89 f.

Dissertação (mestrado profissional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, , 2018.

1. Sustentabilidade. 2. Agricultura. 3. Socibilidades .
4. Abastecimento urbano. I. de Souza Lima, Romilda . II.
Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ANA PAULA CAVALI FONTANA

TECENDO RELAÇÕES: A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESPAÇO PARA ALÉM DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Romilda de Souza Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Clério Plein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Kérley Braga Pereira Bento Casaril

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Marechal Cândido Rondon, 14 de dezembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que me deu saúde e forças para superar as dificuldades nestes dois anos de mestrado, permitindo as conquistas ao longo de minha vida, sendo o maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Agradeço à minha mãe, Rosani, minha heroína, que nas horas difíceis, de desânimo e cansaço esteve ao meu lado incessantemente. Ao meu pai, Ademir, que me fortaleceu com seus ensinamentos e que para mim foi muito importante. Obrigada à vó Vitoria, que nos momentos de minha ausência, dedicados ao estudo, sempre fez entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente. À minha irmã, Carol, agradeço por toda ajuda, correções e incentivos, por suas palavras que em muitas vezes me reergueram para continuar a caminhada. Ao meu esposo, Fabiano, pelo incentivo e apoio constante, o carinho e compreensão nas horas de desânimo e cansaço, fazendo-me acreditar que tudo valeria a pena.

Aos meus tios, Marli e André, que me receberam em sua casa durante todas as minhas idas a Marechal, fazendo-me sentir em casa. Às minhas princesas, Sophia e Helena, por todo sorriso e encantamento de criança, o carinho e as bagunças que alegravam os meus dias.

À minha orientadora, Dra. Romilda de Souza Lima, pelo suporte, paciência e carinho em suas correções, contribuindo para meu conhecimento e crescimento profissional e pessoal.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a janela pela qual hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Aos agricultores feirantes e consumidores, que permitiram que esta pesquisa fosse possível, participando das entrevistas.

Aos amigos que fiz durante esta trajetória, pelos conhecimentos e experiências que compartilhamos. Em especial à Juliana, que se tornou uma fiel escudeira, ajudando-me e aconselhando-me nesses dias de pesquisa e escrita, e à Vanessa, que me auxiliou e socorreu quando se tratava da língua inglesa. E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha caminhada, o meu muito obrigada.

FONTANA, Ana Paula Cavali, M. Sc., Universidade Estadual do Oeste Do Paraná, dezembro de 2018. **Tecendo relações: a feira da agricultura familiar como espaço para além da comercialização de alimentos.** Orientadora: Romilda de Souza Lima.

Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender as relações de sociabilidades existentes entre os atores das feiras da agricultura familiar dos municípios de Marechal Cândido Rondon e Medianeira. Tais municípios estão localizados na região Oeste do Paraná, considerada a maior produtora de soja do Estado. A temática principal da pesquisa se desenvolve em torno das relações entre agricultores-feirantes e consumidores, no que se refere ao processo de comercialização, mas também às diversas outras interações possíveis. Optamos pela pesquisa de cunho essencialmente qualitativo, de abordagem etnográfica, utilizando entrevista semiestruturada, observação, registros fotográficos e o caderno de campo. Através das falas, observamos que os frequentadores das feiras são atraídos não apenas pela opção de alimentos mais saudáveis, frescos e de origem que consideram como sendo confiável, mas também porque o espaço da feira lhes proporciona importantes relações e interações com os agricultores e com outros frequentadores. Trabalhamos os resultados e discussões em três categorias, a saber: agricultura familiar (produtividade, comercialização), ruralidades e segurança alimentar, e sustentabilidade. Sobre essas categorias, é realizada uma breve síntese, mas entrelaçada às falas dos interlocutores, de maneira a promover diálogo com a teoria. Nas falas dos agricultores, ficou claro o significado das feiras, não somente como importante fonte de renda. Elas manifestam também a consciência quanto à sua responsabilidade no que diz respeito à cultura e à segurança alimentar. Fica claro que o ato de “fazer a feira” vem se encaixando na rotina dessas pessoas, pois neste espaço elas resgatam importantes valores, saberes, memórias, percepções que não são suscitadas nas compras realizadas nos grandes supermercados. É importante que as feiras continuem a ter seu espaço de reprodução preservado, sobretudo, em função das transformações sociais nas práticas alimentares no processo de modernidade alimentar. Elas proporcionam relações de sociabilidade e de confiança pouco comuns no processo de comercialização, além disso, garantem considerável autonomia aos agricultores. Nesse contexto, as feiras podem ser consideradas como lugares de resistência e que ainda desempenham admirável papel no abastecimento alimentar da população urbana. Para além disso, facilitam relações de confiabilidade no processo de troca realizado, a ponto de o consumidor se tornar “o freguês”, que difere do comprador esporádico.

Palavras-chave: sociabilidades, abastecimento urbano, ruralidades.

FONTANA, Ana Paula Cavali, M. Sc., Universidade Estadual do Oeste Do Paraná, december, 2018. **Weaving relations: the family agriculture fair as a space beyond food marketing**. Adviser: Romilda de Souza Lima.

This paper goal is to analyze and understand the relationships of sociabilities existing among the actors of family agriculture fairs in the municipalities of Marechal Cândido Rondon and Medianeira. These municipalities are in the western region of Paraná, considered the largest soybean producer in the state. The main topic in this research is the relationship between farmers and consumers in relation to the marketing process, but also to the various other possible interactions. We have chosen an essentially qualitative research of ethnographic approach, using the semistructured interview, observation, photographic records and the field notebook. Through the speeches, we observe that the fair visitors are attracted not only by the choice of healthier, fresh, a reliable source of food, but also because the fair space provides them with important relationships and interactions with farmers, and with other regulars. We work the results and discussions in three categories, namely: family farming (productivity, marketing), ruralities and food security and sustainability. In these categories a brief synthesis is made on the subject intertwined with the speeches of the interlocutors in order to promote dialogue with the theory. In the words of the farmers, the significance of the fairs became clear, not only as an important source of income. They are also aware of their responsibility as regards culture and food security. It is clear that, the act of "doing the fair" has been fitting in the routine of these people, because in this space they recover important values, knowledge, memories, perceptions that are not raised in the purchases made in the big supermarkets. It is important that the fairs continue to have their reproductive space preserved, above all, due to the social transformations in the alimentary practices in the process of alimentary modernity. They provide relationships of sociability and trust uncommon in the marketing process, in addition, it guarantees considerable autonomy to farmers. In this context, fairs can be considered as places of resistance and still play an admirable role in the food supply for the urban population. In addition, it facilitates reliability relationships in the exchange process carried out, to the point where the consumer becomes "a customer", which differs from that buyer who is sporadic.

Keywords: sociabilities, urban supply, ruralities.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 FEIRAS PELO MUNDO: UM BREVE HISTÓRICO.....	16
1.2 HISTÓRICO DAS FEIRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON E MEDIANEIRA.....	23
1.2.1 Marechal Cândido Rondon	23
1.2.2 Medianeira	26
1.3 REDES/CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	29
1.4 OS DIVERSOS OLHARES SOBRE A FEIRA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	36
1.5 AGRICULTURA FAMILIAR.....	37
1.5.1 Agricultura Familiar no Oeste do Paraná	40
1.6 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	42
2. A REGIÃO DE ESTUDO	47
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	50
3.1 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	50
3.2 A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	51
3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA	52
3.4 O PERFIL DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS EM ESTUDO.....	53
3.5 A CONDUÇÃO DA PESQUISA: O CAMINHO PERCORRIDO.....	55
4. A PESQUISA - DISCUSSÃO EM UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	57
4.1 AGRICULTURA FAMILIAR – PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E REDES DE SOCIABILIDADES	58
4.2 RURALIDADES.....	60
4.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE 1	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Espaço onde a feira é realizada em Marechal Cândido Rondon, com suas diversas barracas.....	24
Figura 2 - Espaço onde a feira é realizada em Marechal Cândido Rondon, com uma barraca em específico	24
Figura 3 - Casa do Produtor, Medianeira.....	27
Figura 4 - Casa do Produtor, Medianeira, espaço AAFEMED	27
Figura 5 - Casa do Produtor, Medianeira, espaço APROME	27
Figura 6 - Mapa da mesorregião do Oeste do Paraná.....	49
Tabela 1 - Tipologias dos mercados da agricultura familiar.....	30
Gráfico 1 - Dados referentes ao número de agricultores feirantes e consumidores Medianeira e Marechal Cândido Rondon	52
Gráfico 2 - Dados referentes à idade de todos os entrevistados	53

LISTA DE SIGLAS

- AAFEMED - Associação de Agricultores Ecológicas de Medianeira.
- ACEMPRE - Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos.
- APROME - Associação de Produtores de Medianeira.
- ATER - Assistência Técnica.
- CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.
- COAFASO - Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná.
- CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada.
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
- FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.
- ILEA - Centre for Learning on Sustainable Agriculture.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
- ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.
- PNAE - Programa Nacional de Alimentos Escolar.
- SAN - Segurança Alimentar Nutricional.
- SIP - Sistema de Inspeção do Paraná.
- SFSC - Short Food Supply Chain.
- SSAN - Soberania e Segurança Alimentar Nacional.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, em função do estilo de vida acelerado, que já atinge também os municípios de médio porte, as práticas alimentares passam por alterações e adaptações. Dentre elas, inserem-se as formas adotadas de consumo e de aquisição de alimentos. Se em tempos passados o ato de alimentar, para a maioria das pessoas, envolvia um tempo maior de dedicação – sobretudo para os habitantes das áreas rurais e das cidades médias e pequenas –, nos tempos atuais da vida rápida e do não perder tempo, a praticidade tem se tornado meta quase central para suprir as necessidades fisiológicas do organismo, e isso reflete nas relações de comensalidade e em vários aspectos relativos à alimentação, incluindo os sociais, culturais e econômicos.

Nesse sentido, o processo de escolha alimentar interfere diretamente nos hábitos alimentares. Uma dessas interferências inclui a substituição, ou a redução, de produtos *in natura* por aqueles processados e ultraprocessados. Por outro lado, há um despertar social para os impactos dessa mudança de hábitos, que gera implicações na saúde humana, na saúde do planeta e nos impactos socioeconômicos de várias populações. Isso dado em função de alertas de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); do movimento *Slow Food*, que é de cunho internacional e sem fins lucrativos, agregando adeptos de vários países, que tem como princípio a valorização da comensalidade, a valorização da produção local, da cultura, da agricultura de base familiar e agroecológica, das cadeias curtas, enfim, da produção sustentável dos alimentos. Nesse sentido, é um movimento crítico à padronização alimentar em voga na sociedade globalizada, chamando a responsabilidade ao consumidor de alimentos. No Brasil, além desses dois órgãos citados, destaca-se também o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), que tem por objetivo promover a articulação entre pessoas, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de ensino, no intuito de buscar garantir a soberania alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Muito importante nesse sentido também é a ação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além de pesquisadores comprometidos com tais questões, sendo a maior parte atuante em grupos de pesquisa das universidades públicas e dos institutos de pesquisa. Um exemplo de

ação conjunta no que se refere ao estímulo a uma alimentação de base mais natural e que promova a sustentabilidade socioambiental é o da equipe de trabalho que, em parceria com o Ministério da Saúde, revisou e adaptou, em 2014, o Guia Alimentar para a População Brasileira, distribuído gratuitamente com o intuito de orientar os consumidores no processo de escolha. Dentre a amplitude preconizada pelo Guia, está o estímulo à aproximação com um sistema mais sustentável de produção e de consumo, e a crítica ao sistema de padronização alimentar e o formato de produção intensiva realizada pela agricultura de base convencional. Nesse sentido, o guia alimentar chama a atenção, por exemplo, para a importância das cadeias curtas de comercialização, dentre elas as feiras da agricultura familiar.

Sempre que possível, faça ao menos parte das suas compras de alimentos em mercados, feiras livres, feiras de produtores e outros locais, como “sacolões” ou “varejões”, onde são comercializados alimentos *in natura* ou minimamente processados, incluindo os orgânicos e de base agroecológica (BRASIL, 2014, p. 107).

A pesquisa apresentada nesta dissertação versa sobre as feiras, as redes de sociabilidade e várias interfaces que a permeiam, tendo, como casos estudados, as feiras que ocorrem nos municípios de Medianeira e de Marechal Cândido Rondon (MCR), na região Oeste do Paraná.

O interesse por realizar a pesquisa surgiu no sentido de compreender a existência e a resistência das feiras da agricultura familiar na região de estudo, na realidade contemporânea, em que a monocultura da soja e do milho exercem forte influência na economia regional. Coloquei-me a seguinte questão: O que tem alimentado o interesse de agricultores e agricultoras familiares em permanecer cultivando para autoconsumo e comercialização de excedentes e o que mantém a fidelidade do consumidor em frequentar as feiras, mesmo com as facilidades e praticidades dos espaços comerciais dos supermercados? Assim, o objetivo delineado para conduzir a pesquisa foi analisar e compreender as relações existentes entre agricultores-feirantes e consumidores no que se refere ao processo de comercialização, mas também às diversas outras interações possíveis, bem como tecer comparações entre as dinâmicas das feiras, considerando a peculiaridade de cada uma delas.

Para conduzir a pesquisa, optamos por delineamentos voltados à pesquisa qualitativa, no intuito de apreender as dinâmicas que ocorrem no ambiente da feira

alimentar, considerando a perspectiva das pessoas entrevistadas, bem como daquilo que foi observado por mim, como pesquisadora, para então empreender a interpretação, a análise e a discussão.

Realizamos entrevistas semiestruturadas com 11 agricultores-feirantes e 10 consumidores em Marechal Cândido Rondon e 10 agricultores-feirantes e 11 consumidores em Medianeira. Os nomes contidos nos depoimentos e relatos apresentados no decorrer da dissertação são pseudônimos, para preservar a identidade dos interlocutores.

Na análise das entrevistas de conteúdo, recorreremos à categorização, inferência, descrição e interpretação, não necessariamente nessa ordem. A linguagem possui importância fundamental sobre a noção da realidade que é pesquisada. A entrevista analisa o social, o histórico e a exposição através da linguagem, mas, “através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (MINAYO, 2016, p. 76).

A pesquisa muito contribui para o entendimento da dinâmica das feiras nos dois municípios estudados, sendo possível perceber que, além da venda de produtos mais saudáveis e frescos, estes lugares trazem consigo a oportunidade das conversas, do estreitamento de amizades, sendo uma rica aula de cultura, hábitos e tradições. Estudar como todos esses aspectos interagem em algumas feiras da região Oeste pode representar uma contribuição importante no sentido de compreendê-las, não apenas como lugar de interseção entre o rural e o urbano – este limite tão tênue na contemporaneidade – mas também o encontro de identidades e conexões culturais e simbólicas. Este projeto está aprovado no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, como subprojeto do projeto guarda-chuva: “Cultura e Patrimônio Alimentar: práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais e urbanas do Paraná”, coordenado pela professora orientadora.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. No capítulo um, é realizada uma breve síntese sobre o contexto histórico das feiras, em nível mundial, seu surgimento, significados e contribuições. O capítulo dois traz informações a respeito das duas feiras em estudo, a de Medianeira e a de Marechal; os diferentes olhares em relação construídos – como espaço de comercialização, mas também um lugar agradável para transitar, conversar e encontrar amigos. Nesse capítulo, discutimos, ainda, as redes curtas de

comercialização, haja vista que as feiras se inserem nessa categoria, fazendo parte de um mercado alternativo aos convencionais. Na sequência, abordamos sobre a agricultura familiar, um conceito complexo na sua compreensão, mas que em sua *práxis* não é tão recente no Brasil, já que é o modelo antigo de agricultura praticado por pessoas com laços de parentesco, em pequenas quantias de terra e que produzem, quase sempre, de forma diversificada. No contexto do programa de pós-graduação em que esta pesquisa se insere, o desenvolvimento rural sustentável está intrinsicamente ligado à agricultura familiar, já que esta tem potencialidades – que, desenvolvidas, podem contribuir de maneira sustentável nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Nesse sentido, discutimos como tal categoria se apresenta no Oeste do Paraná; suas principais características; origens e atividades desenvolvidas até o momento.

Já no capítulo três são abordados aspectos metodológicos da pesquisa: a região de estudo, os históricos e dados dos municípios em estudo segundo IBGE (2010 e 2017); as peculiaridades e semelhanças entre ambos, a técnica empregada, os sujeitos e o perfil das famílias participantes, além da sua condução.

Trazemos, no capítulo quatro, as análises e discussões em uma abordagem etnográfica. Para facilitar e empregar o real sentido que gostaria de atribuir às falas, optei por trabalhar em categorias. Delimitei três categorias: a agricultura familiar (produção, comercialização); ruralidades e segurança alimentar; e sustentabilidade. Nas categorias, realizei uma breve síntese sobre o assunto, considerando a conexão entre os objetivos propostos na pesquisa. As falas – interligadas a cada categoria – exprimem o resultado de quais relações, além da comercialização, o espaço feira permite acontecer; no que essas relações contribuem para o entendimento da dinâmica da feira; quais os motivos que levam o agricultor-feirante a permanecer produzindo em pequena escala alimentos mais saudáveis, mesmo em face das mudanças capitalistas que pressionam no sentido de reduzir, cada vez mais, a permanência das cadeias curtas.

Por fim, nas considerações finais, retomei alguns pontos importantes, salientando os resultados, sinalizando a necessidade de ampliação das pesquisas vinculadas ao tema.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 FEIRAS PELO MUNDO: UM BREVE HISTÓRICO

As feiras de comercialização de alimentos não são recentes. Há apontamentos de sua existência desde a Idade Média na Europa, e Mumford (1998) cita exemplo de feiras já nos anos 2000 a.C. Para Mott (1975), o modelo tal como conhecemos de feira no Brasil foi trazido pelos portugueses, sendo o primeiro registro datado de 1548, por determinação do Rei D. João III ao Governador Geral, através de Regimento. Em tal documento, ordenava-se: “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feiras [...]” (MOTT, 1975, p. 309). No início destas feiras, as atividades eram baseadas em trocas mercantis entre os produtos excedentes dos moradores dos locais mais distantes, ou que não viviam na aglomeração das vilas e povoados, com aqueles que se encontravam nas dependências locais. De acordo com Zanini e Santos (2017), várias cidades europeias surgiram entre meio aos locais onde as feiras eram realizadas. A partir daí, o desenvolvimento do capitalismo e das cidades surge com o passar do tempo.

Schneider (2016) aponta que o termo “feira” era sinônimo de mercado, na Idade Média, ou não existia um corte que diferenciava “ir à feira” de “ir ao mercado”. Segundo Parham (2015, apud Schneider, 2016), elas passaram a assumir a forma concreta dos mercados como um *locus* para onde os camponeses levavam os seus excedentes para serem trocados ou vendidos. Contudo, aparecem também produtos artesanais e a prestação de serviços para reparos de equipamentos. As feiras deixam de possuir o *status* de mercado quando a produção de alimentos agrícolas aumenta, gerando excedentes e, como consequência, as trocas mercantis passam então a ser mais sofisticadas, fazendo surgir o espaço do comércio de mercadorias, inclusive de alimentos, tal como conhecemos hoje. É importante destacar que, ainda assim, as feiras resistiram a todas as mudanças no mercado, embora tenham passado a ocupar um espaço inferior no mercado de alimentos.

Essa relação entre campo e cidade, e vice-versa – pois não se entende apenas como uma única via de influência, estabelecida através das feiras livres –, faz com que aos poucos a sociedade seja dividida em meio rural e urbano. Com essa divisão social, as expressões gastronômicas, culturais e de produção de

diferentes produtos, seja alimentício ou artesanal, tornam-se essenciais no desenvolvimento econômico e cultural (MEDEIROS, 2012).

No decorrer dos anos, o espaço urbano deixa de ser inteiramente dependente das feiras, passando a ter sua própria identidade. Mesmo o passado existindo no presente, o espaço é modificado e transformado pelos humanos. Com essas transformações, as tecnologias foram sendo agregadas em diferentes níveis sociais, e as feiras livres regressaram, passando a ser locais mais atrativos do que propriamente locais básicos, que possuíam alimentos para a sobrevivência.

Segundo Medeiros (2012), o espaço da feira livre compõe diferentes estratos atrativos. Podemos exemplificar aqui o atrativo turístico, que tem em vista o potencial que as feiras possuem em meio ao enaltecer rústico e às peculiaridades locais que carregam em sua origem, que está vinculada a diferentes embasamentos e acontecimentos. Cada feira é única, possui sua personificação. É notável a diversificação de pessoas, sons, movimentos, elementos culturais, gastronômicos e históricos. Cada pessoa que compõe a feira é parte da história, de um início, e devido à sua singularidade tem grande capacidade de permanecer no presente, renovando sua história sem deixar de elencar suas tradições e raízes.

No Brasil, as feiras livres possuem diferentes olhares quanto ao seu papel e função no *lôcus* em que está inserida. Para Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 75), as feiras são:

[...] modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos.

Já para Zanini e Santos (2017, p. 7):

[...] são espaços privilegiados de sociabilidade, de trocas de elementos diversos, muito além das econômicas. Há muita memória, muito conhecimento e saberes que circulam nos processos interativos de compra e venda nas feiras. Há também trânsitos entre o mundo rural e o mundo urbano como construções simbólicas que se encontram fisicamente no espaço das feiras, nas relações entre feirantes e clientes.

As feiras introduzidas no Brasil, juntamente com a colonização, tinham limitações e características peculiares. Os camponeses imigrantes trouxeram em suas bagagens conhecimentos e tradições que lhes pertenciam antes de chegarem a terras brasileiras. Quando aqui começaram suas atividades agrícolas, entre elas a

venda dos produtos, defrontaram-se com ideias e conhecimentos diferentes, dos camponeses que aqui já moravam. Entre esses confrontos, a divisão social de classes começa a ficar mais evidente. Secessão entre ricos e pobres, submissos aos que se declararam mais fortes, e assim por diante, como aconteceu durante o processo de colonização.

Para Seyferth (1999), uma distinção entre o campesinato de origem europeia para o campesinato formado aqui no Brasil está na comercialização de mercadorias que separava os colonos fortes dos fracos. Segundo a autora, durante a colonização de algumas regiões no Sul do Brasil, os camponeses vindos de fora impuseram seus hábitos e tradições da comercialização, como os locais de vendas e os “vendeiros” (comerciantes que compravam os excedentes dos colonos e vendiam no centro urbano). Já os “camponeses nacionais” tinham outro ritmo e formas de comercializar, segundo Roche (1969 *apud* SEYFERTH,1999), e as indústrias puderam ser implantadas em função do capital que conseguiram acumular.

Com a industrialização, modernização e tecnologia, as feiras livres deixaram de ser o ponto principal de consumo, tornando-se, então, secundárias e em alguns lugares até extintas. Segundo Cardel e Souza (2017, p. 37), as

[...] feiras livres, para existirem na contemporaneidade, têm que estabelecer a capacidade da resistência transformadora. Isto é, de serem capazes de se transformarem constantemente. Mudar é também se imaginar, resgatar e apelar para uma tradição inventada. E, no processo de se inventar, faz-se também imperativo, de forma paradoxal, permanecer, continuar, e se manter num jogo de aproximação e distanciamento do comércio e da economia convencional.

Essa capacidade de adaptar-se é uma questão instigante que me moveu a realizar a pesquisa. As feiras em estudo, sendo de cidades do interior do Estado, tiveram sua colonização principalmente formada por alemães e italianos. Estes mantiveram muitas de suas tradições, principalmente no que diz respeito aos elementos gastronômicos. A forma de produzir e o que produz são observadas nas feiras em questão. Além do hortifrutigranjeiro, alimentos como waffle, pães de milho, salames e queijos coloniais remetem a uma memória afetiva de consumidores e feirantes. Esses são alguns dos alimentos que simbolizam as tradições, costumes e toda cultura incutida nessa parcela da sociedade.

Sendo assim, tão antigas e ao mesmo tempo tão atuais, as feiras demonstram o quanto são lugares de resistência, considerando todo o processo de

modernização da agricultura e das formas de comercialização ao longo da história mais recente.

Nesta concepção, aproximamo-nos da abordagem de Ploeg et al. (2000). Mesmo em tempos de uma forte tendência à homogeneização alimentar e a praticidade das compras nos supermercados, as feiras permanecem e os consumidores continuam a valorizá-las. Nesse sentido, os consumidores atuam como importantes sujeitos para sua perpetuação, e isso ocorre porque os motivos são aqueles para além da compra dos produtos. Os consumidores, que muitas vezes viram fregueses, vão em busca de alimentos de qualidade, que consideram superiores aos encontrados nos mercados, mais saudáveis, com preços mais justos, mas vão também em busca de identidade, de resgate afetivo, do prazer de circular pela feira, aspectos que estão diretamente conectados à valorização da cultura e do patrimônio cultural. Mas há também uma clara preocupação com a saúde e o desejo de evitar alimentos contaminados por agrotóxicos. Alguns desses aspectos estão presentes nas falas de algumas interlocutoras de nossa pesquisa:

[...] hoje mesmo eu vim pra comprar Marcela, porque na sexta-feira santa, desde quando eu morava no sítio, minha mãe colhia pra nós usar na celebração da sexta-feira santa, hoje eu vim comprar pra levar e benzer amanhã (Marta, 38 anos, moradora de Medianeira, PR, 2017).

Venho sempre à feira porque, devido que tento ter uma alimentação saudável, eu não me preocupo com o aspecto do produto, mas sim com uma intoxicação por venenos, com a agricultura familiar, com o preço e em comer menos industrializados possíveis (Janete, 47 anos, moradora de Medianeira, PR, 2017).

A fala da interlocutora Marta transmite aspectos culturais, tradicionais e com uma simbologia bem representativa, pois a marcela comprada na feira e benzida na celebração da sexta-feira Santa é utilizada o ano todo como um auxílio em dias de tempestade ou quando alguém da família não está bem. Marta faz o chá da marcela benzida lembrando muito dos ensinamentos de sua mãe, carregando consigo essa memória afetiva, transmitindo-a para seus filhos.

Enquanto uma das engrenagens do sistema alimentar, as feiras oferecem produtos, a maior parte *in natura*, que serão transformados no espaço culinário, que é a cozinha do interior das habitações urbanas – que, segundo Poulain e Proença (2003), constitui-se na terceira dimensão do espaço social alimentar, pois ela é “o conjunto de operações simbólicas e de rituais que, articulando-se sobre ações

técnicas, participam da construção da identidade alimentar de um produto e o tornam consumível”.

Observemos aqui as contribuições para a soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) que as feiras proporcionam. Um dos preceitos das políticas de SSAN é propiciar o despertar de uma alimentação saudável, baseada em práticas sustentáveis de produzir os alimentos, mas também de transformá-los para o consumo, sendo que envolve as relações de comensalidade. Inserido nessas práticas, podemos citar, por exemplo, a proposta *slow food*¹, que, de acordo com Campos (2004), é um movimento de extrema importância, como uma tentativa de se evitar a perda do caráter social incutido no ritual das refeições, prezando pela escolha dos alimentos e pela qualidade das preparações. Essa escolha vem ao encontro de nossos objetivos, pois as feiras da agricultura familiar podem ser consideradas um dos mercados de resistência no sistema mercantil da sociedade brasileira atual que fornecem diferentes alimentos e produtos diretamente ao consumidor.

O lugar da feira como propiciador de socialização é tão importante quanto o de trocas mercantis. Tendo o alimento/comida como elemento comum, feirantes e consumidores, ou fregueses, dialogam sobre informações de qualidade, preço, ou por um modo de preparar aquele alimento, ou extrapolar o tema central e o assunto desembocar em política. Essa é a dinâmica de feira, por isso ela se torna tão interessante para além da relação de compra e venda. Segundo Pontes (2012, p. 37): “A feira livre se apresenta como um lugar curioso para compreender como se dão as relações num espaço urbano específico, construído e vivido que carrega tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma memória coletiva”.

Por todos esses fatores, a dinâmica das feiras está repleta de elementos simbólicos, que contribuem para tornar o ato alimentar mais do que apenas fisiológico, mas também cultural. Nesse sentido, o sistema alimentar para o consumidor se inicia na opção de consumo e na compreensão da importância da cadeia produtiva. Aquilo que Delormier et al. (2009) consideram como “a natureza

¹ O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. Defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, tornando-se coprodutores. (<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>). Sugestões de bibliografia: Petrini C. Slow Food: The case for taste = Slow Food: Le ragioni del gusto. New York: Columbia University Press; 2003.

social do comer”. Aspectos do comportamento alimentar também são discutidos por Arnaiz (1996), Contreras e Gracia (2011), Poulain e Proença (2003), entre outros. Para o agricultor ou agricultora-feirante, tal sistema começa bem antes do início da feira na cidade. O processo produtivo, onde é feito o plantio, mantendo o cuidado necessário para uma boa colheita é o marco inicial desse processo todo. No dia de feira, os produtos são organizados e selecionados, iniciando de madrugada o carregamento nos automóveis, para aí sim chegar ao local de feira e organizar as barracas.

A *priori*, segundo Lima (2017), as feiras são lugares para transitar sem pressa, passando de barraca em barraca e conversando com os/as feirantes, compreendendo sobre o impacto da estiagem na produção de hortaliças e a razão de algumas estarem em falta ou de ser este o motivo principal do aumento do preço nas últimas semanas. Quem frequenta a feira com assiduidade costuma eleger a sua barraca e seu fornecedor predileto, passando, assim, a ser “freguês”.

As feiras representam, portanto, mais do que um mercado, pois são também lugares de interação, sobretudo, nas pequenas e médias cidades; da conversa “jogada fora”, não só com o agricultor/a, mas também com as pessoas conhecidas. Nas feiras, estão à disposição produtos de boa qualidade – talvez não os mais bonitos e maiores – porém, os mais saudáveis. Saudáveis pela sustentabilidade econômica, social e ambiental oportunizada pela agricultura familiar. Saudáveis pela valorização do comércio mais justo, proporcionado pela característica de comercialização das redes curtas, quando os agricultores e os “fregueses” entram em acordo sobre o preço de algum produto.

Nesse sentido, o ir e o estar na feira sinalizam uma disponibilidade do consumidor em se permitir um uso maior de seu tempo para as escolhas alimentares. É pouco provável que alguém vá à feira quando está com pressa. Mas ao supermercado, sim. Escolher o produto, conversar com o feirante, pesar, negociar preço, envolve um processo mais demorado do que o do supermercado, considerando que neste local há a predominância de produtos industrializados, embalados e rotulados com as diversas informações nutricionais. Nesse sentido, o supermercado representaria o lado mais homogeneizador e distante da alimentação, além de ser o local onde nossas angústias alimentares mais se manifestam, no sentido dado por Fischler (1995, 2011 e 2015), ao abordar sobre as dificuldades de

escolhas do comedor ou comensal contemporâneo² em função do leque de possibilidades alimentares que se apresenta na modernidade.

As inúmeras opções de produtos com tantas promessas geram a necessidade de aprender cada vez mais a escolher o que comer. Mas a principal angústia para as pessoas preocupadas com a relação alimentação-saúde, e que possuem conhecimento a respeito, se dá diante dos produtos *in natura* nas gôndolas dos supermercados. Qual a sua origem? Foi utilizado agrotóxico? Na feira, ao contrário, espera-se que o alimento oferecido pelo agricultor seja o mesmo consumido por sua família, o que diminui esse tipo de angústia alimentar. Nesse exercício de estreitar as relações entre quem compra e quem vende os alimentos, é possível tecer uma rede de sociabilidades importantes para a sustentabilidade desse tipo de cadeia curta.

Praticamente todos os entrevistados ressaltaram a sociabilidade que ocorre na feira como algo muito prazeroso; algumas relações se transformaram em amizades de longa data e outras resultaram numa relação de freguesia, quando o produtor sabe o que levar para determinado freguês, que em contrapartida tende a se manter fiel à sua barraca. Essa relação de sociabilidade se dá também entre os próprios feirantes, sendo comum, por exemplo, partilharem a cuia de chimarrão de uma barraca para outra. Para algumas agricultoras, trabalhar na feira é uma atividade que lhes tira da rotina do sítio e é uma forma de dizer: “Olhe isso, fui eu que fiz!”

(...) é bom de vim, para mim é muito, muito bom de vim, senão com 80 anos eu não vinha mais, as vezes eu fico ruim lá e só espero a sexta para vim na feira...para mim é um remédio (Amanda, 80 anos, agricultora-feirante, Medianeira/PR).

Eu tenho muitos fregueses certos. Eu acho aqui muito bom, porque a gente conversa direto com eles, eles perguntam como produzir em casa, o que você me indica pra tal coisa, eu passo porque é cliente, amigo... aqui é um lugar de venda e um lugar legal, aqui você encontra cliente, amigo, conversa, tem os companheiros de trabalho é muito bom, você faz mais amizade né, até os amigos dos amigos se encontram, fica conversando, rever as pessoas é muito bom. Aqui as pessoas vêm atrás do que gosta, vem buscar sua bolacha, seu salame, vem buscar uma salada, vem comer um pastel, vem pegar o melado que sabe né, a gente aqui consegue vender mais barato do que o mercado, e é uma coisa que não tem química, não tem conservante, não é industrializado, nada, é um produto que faz toda semana, que a gente traz fresquinho, mesmo a chimia que a gente faz, é

² Usamos o termo no sentido semântico, ou seja, um adjetivo que dá a noção de tempos coincidentes para quem elabora uma discussão.

feito só na pressão, que veda e pode ficar até dois anos que não vai estragar (Carlos, 54 anos, agricultor-feirante, Marechal/PR).

Ambos os relatos apresentados retratam e imprimem a satisfação em fazer feira, em estar presente e ser presente nesse espaço, pois as vendas impulsionam e despertam todo um enredo de sentimento, seja pela alegria, pela amizade, tornando este ambiente acolhedor e aconchegante.

1.2 HISTÓRICO DAS FEIRAS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON E MEDIANEIRA

No Oeste do Paraná, a agricultura familiar, apesar de toda a dinâmica de mudança agrícola que ocorre ao longo dos anos, como já apontado, é uma característica importante no desenho territorial, sendo as feiras de agricultores muito frequentadas. Em Marechal Cândido Rondon e Medianeira, elas seguem em “contra movimentos”, o que, segundo Polanyi (2000, p. 98), “é um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado”, ou seja, a presença das gôndolas repletas de ofertas de hortifrúteis, panificação, entre outros, nos supermercados locais.

1.2.1 Marechal Cândido Rondon

Neste município [Figura 1 e Figura 2], a feira é composta por 17 famílias de produtores rurais, representados pela entidade Associação dos Feirantes. Trata-se de uma Associação Civil de direitos privados, sem fins lucrativos, organizada para a prestação de serviço aos seus associados, estabelecida em 10 de maio de 2001.

Figura 1 Espaço onde a feira é realizada em MCR, com suas diversas barracas



Fonte: pesquisa, 2018

Antes mesmo de a Associação ser fundada e ter um local próprio para a venda, a feira livre acontecia em uma praça no centro da cidade ao ar livre, nos anos de 1995. Após seis anos, os agricultores conseguiram junto ao poder público o terreno, em que construíram o barracão, no qual realizam a feira nos dias atuais.

Figura 2 Espaço onde a feira é realizada em MCR, com uma barraca em específico



Fonte: pesquisa, 2018

Para tornar-se um feirante, é necessário associar-se, sendo admitidos apenas dois membros de cada família de produtores responsáveis pelo ponto de venda. Essas ações são registradas em cadastro próprio da associação, cujo nome dos

membros também é devidamente arrolado. Em caso de mudança nos nomes dos responsáveis pelas bancas, essas alterações deverão ser comunicadas à diretoria e aprovadas em uma nova reunião, devidamente registradas.

Ao associar-se, este novo membro pagará uma taxa de adesão no valor de um salário mínimo, vigente à época. Para que associação seja mantida, cada feirante sócio responsável de uma banca paga uma taxa mensal no valor de 5% do salário mínimo vigente à época.

A Associação dos Feirantes, segundo documentos da própria organização, possui alguns objetivos e finalidades quanto aos seus associados, entre eles: congregar os produtores participantes da feira ao integrar a associação, apoiando suas legítimas aspirações, defendendo seus interesses e direitos; incentivar a solidariedade e o espírito de comunidade entre os feirantes da Associação, com intenção de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos; além de manter serviços de cooperativismo, promoções e apoio técnico e sanitário, adquiridos através de convênios com órgãos públicos e entidades particulares.

A feira dos produtores é administrada pela sua diretoria, com orientação da EMATER Paraná, Secretaria Municipal da Agricultura e Vigilância Sanitária.

Seu funcionamento ocorre em dois dias da semana, às terças-feiras e sextas-feiras, no horário das dezessete horas às dezenove horas (17h às 19h), no barracão localizado na Rua D. João VI, s/n, na cidade de MCR, ao lado do prédio do sindicato dos empregadores rurais, de fácil acesso ao público consumidor e aos feirantes.

Os produtores feirantes devem dispor dos produtos que se comprometeram a produzir e a vender na feira, com o compromisso de lutar pela organização e divulgação das atividades à sociedade em geral. Caso necessite faltar, o feirante deve avisar previamente à diretoria e aos colegas feirantes, para que uma eventual falta de produtos na feira seja suprida.

Todo feirante tem direito a um mês de férias durante o ano, desde que combinada e marcada perante a diretoria e os demais colegas, assim como férias “prêmio”, com durabilidade de seis meses, após completar quinze anos de feira. Apenas um feirante por vez pode retirar essas férias, sendo necessário o comunicado aos demais feirantes.

1.2.2 Medianeira

Esse município se destaca dos demais vizinhos pela liderança na formação e continuidade de associações formadas a partir dos agricultores familiares, ecológicos e orgânicos.

A feira livre de Medianeira teve início nos anos de 1985, com alguns poucos agricultores na praça central da cidade. Após alguns anos, em 21 de abril de 1996 foi fundada a Associação, designada de Associação Feira do Pequeno Produtor Rural de Medianeira (APROME). Trata-se de uma entidade civil, de caráter particular, sem fins lucrativos e político-partidários, que possui alguns fundamentos e objetivos junto aos seus associados, entre eles: conciliar esforços comuns para melhor vender os seus produtos de forma direta aos consumidores; contribuir para o aprimoramento das atividades produtivas do grupo; representar a associação em suas relações e reivindicações junto aos poderes constituintes.

A associação não limita o número máximo de associados, entretanto, o mínimo não poderá ser inferior a sete (7). O quadro associativo possui algumas categorias: os beneméritos, que por mérito pessoal podem ser indicados em Assembleia Geral, por prestarem serviços relevantes à entidade; os contribuintes, agricultores que fazem parte da entidade informalmente, sujeitos a uma taxa de adesão no valor R\$72,00 reais e uma mensalidade no valor de R\$80,00 reais para custeios de despesas do pavilhão da feira; e os dependentes, que são os filhos dos associados com mais de 18 anos, sujeitos a pagar apenas a mensalidade.

A admissão de novos associados está vinculada a pequenos produtores rurais de Medianeira e região, desde que haja aumento de boxes no pavilhão junto à Diretoria Executiva.

O funcionamento da feira e os produtos comercializados são inspecionados pela Secretaria Municipal de Agricultura, da Vigilância Sanitária e da EMATER.

Desde 2009, a feira não acontece mais ao ar livre, mas sim na Casa do Produtor [Figura 3] e teve seu início da junção de duas associações: a Associação dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira (AAFEMED) [Figura 4] e a Associação de Produtores de Medianeira (APROME) [Figura 5]. Ambas tinham feiras em lugares distintos no município.

Figura 3 Casa do Produtor, Medianeira



Fonte: pesquisa, 2018

Figura 4 Casa do Produtor, Medianeira, espaço AAFEMED



Fonte: pesquisa, 2018

Figura 5 Casa do Produtor, Medianeira, espaço APROME



Fonte: pesquisa, 2018

As sedes da APROME e uma das Unidades da Cooperativa Familiar Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO) também estão localizadas na Casa do Produtor. Esta última iniciou o processo de comercialização em Medianeira em 2012 para tornar legal a venda dos produtos da AAFEMED e também proporcionar a entrada dos agricultores em uma das políticas públicas, que é a venda de produtos para a merenda escolar, o Programa de Aquisição Alimentar (PAA), uma das políticas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A COAFASO emergiu das necessidades de associações de pequenos agricultores do extremo Oeste do Paraná. No ano de 1986, percebeu-se que para realizar vendas era preciso estar legalizado. Partindo desse pressuposto, uma cooperativa sanava este e outros problemas. Assim sendo, um estatuto se originou em 2011, e com ele uma cooperativa que abrangia os municípios atuantes na época: Medianeira, Missal e Foz do Iguaçu. A sede administrativa está instalada na Vila Iolanda, no município de Foz do Iguaçu-PR, e sua área de abrangência conta com os municípios de: Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Iguaçu, Missal, Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu.

A AAFEMED e COAFASO trabalham em conjunto, sendo que os agricultores dessa associação deixam seus produtos no local e a COAFASO é responsável pela venda, recebimento e controle. Os agricultores recebem pelo que foi vendido, o que sobra, leva de volta ou doa a alguma entidade do município. Entre essas duas entidades, AAFEMED e COAFASO, juntamente com a venda para o PAA, estão estimados cerca de cem (100) agricultores. A comercialização dos produtos é considerada um mercado, pois a COAFASO trabalha semanalmente em horário comercial, incluindo os sábados pela manhã (COLOGNI, 2016).

Para poder vender os produtos pela COAFASO, é necessário estar enquadrado entre uma das opções: ser sócio, com documentação exigida; ou não ser sócio, por não possuir alguma das documentações, porém, os produtos dos não sócios têm uma incidência de impostos a mais e a obrigatoriedade da legalização de seus produtos, o que não é exigido para os sócios. Dentre os não sócios, estão os agricultores de outros municípios, que fazem a venda de seus produtos pela COAFASO. E, para se tornar um feirante da APROME, é necessário adquirir um box/banca (COLOGNI, 2016).

A APROME, que é destinada à feira livre dentro da Casa do Produtor, possui vinte (20) agricultores-feirantes; cada família de agricultores cadastrada é

responsável pelo seu box/banca. Eles mesmos fazem a venda, recebimento e controle dos produtos e trabalham duas manhãs na semana: nas quartas-feiras e no sábado. A feira aos sábados é bastante movimentada; às seis horas da manhã é quase impossível caminhar pelo espaço da Casa do Produtor.

As duas associações, por estarem localizadas no mesmo barracão, chegam a ter a passagem de 1000 pessoas por mês, um número bem expressivo por se tratar de mercados alternativos. Nesse sentido, Gugel (2015, p. 1), em entrevista sobre o Cooperativismo na agricultura familiar, esclarece que o cooperativismo e o associativismo fortalecem a agricultura familiar economicamente, possibilitando que ela se coloque perante a sociedade brasileira. “A logística, ganho de escala, acesso ao mercado, volume da produção ofertada para as redes de consumidores, supermercados ou mesmo as compras governamentais são facilitadas pelo cooperativismo e associativismo”. Diante do exposto, compreendemos que a agricultura familiar de Medianeira, por estar fortalecida e regida por associações e cooperativa, tende a estar mais organizada e com um funcionamento que possibilite uma procura maior pelos consumidores e esta é a característica principal que a diferencia da feira de MCR: a dinâmica e o desempenho vinculados a diferentes associações a torna mais incisiva e eficiente em adquirir espaço em diversos nichos da sociedade.

Alguns fatores, entre eles, a intensificação das vendas, foram de suma importância para que estas associações se unissem em prol da construção de um espaço em comum. O terreno onde a Casa do Produtor está instalada foi cedido pela prefeitura do município e a construção do barracão foi realizada por meio de verbas que as associações dispunham. Cada entidade é responsável pelo espaço dentro do barracão, porém, despesas gerais, como luz, água e segurança são divididas entre todos os participantes conforme espaço e tempo utilizados (COLOGNI, 2016).

1.3 REDES/CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA AGRICULTURA FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Antes de iniciarmos a discussão sobre as redes de cadeias curtas, faz-se necessário uma breve síntese sobre as tipologias de mercados da agricultura familiar, em que essas redes estão inseridas. Para tanto, tratamos de atribuir os estudos de Schneider (2016) sobre esses mercados.

De acordo com Schneider (2016), as tipologias de mercados da agricultura familiar, como os referidos canais mais frequentados (Tabela 1), expressam fatos sociais de caráter coletivo e coercitivo, “fazendo parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciando a vida das pessoas, os seus valores e culturas” (p. 95).

Tabela 1 Tipologias dos mercados da agricultura familiar

Tipo de agricultura familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/modelo de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Camponês; Produtor de excedentes	Spot; Venda direta; Somente local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	-Na propriedade (colhe-pague); -No domicílio/casa; -Beira estrada; -Entrega direta; -Feira local; -Grupos consumo;
Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias	Spot; Local; regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação / Confiança + Procedência + Preços	-Feira regional; -feira nacional; -redes de venda; -Eventos; -Loja especializada; -Restaurante; -Associação vendas; -Sacolão.
Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; Placeless/Unbond	Concorrencial	Contratos + Preços	-Atravessadores; -Cooperativa; -Agroindústria; -Empresa privada; -Internet; -Supermercados;
Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório; Seleção pública	Contratos públicos + Leis	-Alimentação escolar; -Fair trade; -Órgãos internacionais (FAO; PMA); -Hospitais, Universidades, forças armadas; -Entidades assistencial; -Estoques governo;

Fonte: Schneider (2016, p. 127)

Os mercados relacionados à agricultura familiar, segundo Schneider (2016, p. 116), de modo geral, privilegiam o enfoque da oferta, principalmente quando os “resultados da produção são comercializados ou trocados, especialmente no caso de agricultores que não produzem apenas para o uso próprio, o autoconsumo”.

Para entender as relações mercantis dos agricultores com o mercado, pode-se atribuir duas variáveis, a primeira é o nível do grau em que se dá essa interação com os mercados, e a segunda é o destino dos produtos. Observa-se no quadro 1, apresentado anteriormente, o enfoque nos mercados de proximidade, em que camponeses e produtores de excedentes comercializam seus produtos em um local com venda direta negociada, através da confiança e amizade, antes mesmo do acordo estabelecido entre os preços, que atraem os consumidores, e esses mercados se tornam um dos canais de comercialização designados de feiras locais (SCHNEIDER, 2016).

Esses mercados de proximidade podem ser entendidos, segundo a abordagem de Schneider (2016, p. 122), como aqueles em que predominam:

[...] relações de troca interpessoais, que podem mobilizar-se via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade, e valorizam aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados, mais do que o lucro em si. Estes mercados tendem a atuar com base em trocas diretas, valorizando a autogestão e a subsidiariedade. Os agricultores que mobilizam estes mercados atuam com autonomia relativa, que decorre tanto dos recursos que possuem como da natureza das relações que estabelecem nas trocas.

Tendo em vista a inserção dos agricultores familiares nos circuitos de mercado, partilhamos do estudo de Ferrari (2011), em que o autor afirma que, para adentrar os mercados com produção de alimentos diversificados e de qualidade, faz-se necessário a construção de cadeias curtas, “uma estratégia que visa ampliação da autonomia e maior apropriação do valor agregado aos produtos de qualidade diferenciadas” (p. 17).

Segundo Cassol e Schneider (2015), nos últimos estudos rurais, o modelo agroalimentar e agrícola convencional vem chamando a atenção pela necessidade de mudanças em direção a formas mais sustentáveis de coprodução entre sociedade e natureza. Para Ploeg et al. (2000), continua necessária a superação do modelo produtivista de agricultura para um modelo com mais desenvolvimento sustentável. Essa transição de modelos deve enfatizar formas alternativas em que produção e consumo se preocupem em analisar a criação, operação e consolidação

dessas novas relações e padrões no interior do sistema agroalimentar (CASSOL e SCHNEIDER, 2015).

Em longo prazo, o modelo convencional de produção e consumo de alimentos do sistema capitalista pode se tornar insustentável em termos ambientais, sociais e econômicos. Na variável ambiental, noticiamos diariamente mudanças que refletem, por exemplo, em leis que enfraquecem os critérios estabelecidos para experimento e venda de alguns pesticidas, falta de fiscalização eficiente contra o desmatamento, aumento da poluição de rios, solos, ar e inúmeras outras mudanças que afetam o equilíbrio ambiental (RODRIGUES, 1999; DOBSON, 1994; MARTELL, 1994; DE DEUS e BAKONY, 2012). Quanto ao termo social, sabemos que o Brasil é um dos grandes produtores de cereais do mundo. O ano de 2017 teve uma supersafra, com uma produção na casa dos 238 milhões de toneladas de grãos, de acordo com o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Neri Geller. Como já citado em Belik e Cunha (2015), para um país que produz tantas toneladas de grãos e que exporta diferentes alimentos por ano, é contraditório falar em desafios implicados no fornecimento de alimentos às populações urbanas, entretanto, essa é uma das preocupações sociais enfrentadas pelo país. De acordo com o relatório da FAO 2017, o Brasil precisa continuar a investir em programas governamentais e políticas públicas voltadas à população mais vulnerável. Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil, destaca que o Mapa da Fome de 2014 possuía um índice de insegurança alimentar abaixo dos 5%, ou seja, em termos gerais, o Brasil se encontrava muito bem, pois essa porcentagem representa grupos isolados e não um problema estrutural da fome, como em outros países da América Latina. A chave para a segurança alimentar, de acordo Alan Bojanic, são os recursos e investimentos efetivos no desenvolvimento rural sustentável.

Em termos econômicos, o modelo de produção do sistema capitalista é engendrado por hegemônicas cadeias longas, “formadas por cadeias industriais de abastecimento que distanciam e separam cada vez mais os produtores primários dos destinatários finais” (CASSOL; SCHEIDER, 2015, p. 150). Nestas, a dependência da produção está interligada a diferentes fatores, entre eles a procura e oferta das indústrias e o preço estabelecido pelo mercado, etc. No primeiro semestre de 2018, o Brasil passou por um momento delicado na base estrutural de abastecimento de alimentos, insumos, remédios, enfim, todo e qualquer produto

transportado. A consequência da mobilização dos caminhoneiros, em que a maioria da população ficou sem acesso a comida, combustível, remédios, etc. durante a paralisação, deixa a reflexão de que a consequência maior é o quanto somos dependentes de intermediários dentro do circuito longo de produção e consumo, e o quão extensos são os percursos percorridos para o abastecimento nacional, encarecendo o produto final.

Segundo Viegas (2016), a agricultura familiar pode ser parte da resposta a essa problemática, pois atualmente vem desenvolvendo papel fundamental para a produção de alimento, geração de serviço e renda. Do ponto de vista de Maluf (2004), a agricultura familiar é a ocupação social mais conveniente para o espaço agrário, pois, de forma sustentável, promove os pequenos produtores de alimentos à isonomia e inserção social concomitante com a gama variedade de alimentos produzidos.

Devido a essa variedade de alimentos, nos últimos anos a agricultura familiar ganhou espaço frente às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), principalmente com participações no PAA (Programa de Aquisição Alimentar) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012), emergindo uma nova realidade socioeconômica para os agricultores familiares (CUNHA et al. 2017).

Outro fator marcante da agricultura familiar, de acordo com Scarabelot e Schneider (2012, p. 104), é “agregação de valor à produção agrícola e à transformação desta em produtos e serviços que circulam em nível local”, e que dependendo da região tem mais significado, pois, além dos impactos diretos que a agricultura familiar ocasiona, pode haver ou ocorrer vantagens decorrentes de um ambiente com ganhos das economias designas, que requerem maior cooperação e interação horizontal.

Nesse contexto, as cadeias curtas, compreendidas como um mercado alternativo que aproxima o consumidor ao produtor, vão além do espaço, formam uma interação, na qual ambas as partes se conectam e trocam informações, conhecimentos e saberes sobre o que cada alimento pode oferecer. Segundo Giuca (2012, apud Gazolla e Schneider, 2017),

“(...) as redes curtas implicam na redução ou eliminação dos intermediários nas relações entre produtores e consumidores, assim como na diminuição

dos locais de passagem interna de uma cadeia de valor, encurtando o percurso do alimento dentro do sistema alimentar” (p. 12).

O termo “redes ou cadeias curtas agroalimentares” pode ser entendido como a expressão dos atores envolvidos na mudança do sistema atual de vendas da produção agrícola. Essa mudança não diz respeito apenas ao preço dos produtos quando comprados pelo sistema de redes longas ou empresas transnacionais, mas também pelo resgate do consumo com a interação direta produtor/consumidor, pelos valores sociais e simbólicos que o alimento traz a cada indivíduo.

As redes ou cadeias curtas deixam de ser apenas uma das estratégias diversificadas e passam a ser uma condição de melhoramento para o agricultor familiar. Esse melhoramento é quanto à valorização do produto, ao seu preço, que não tem influência de atravessadores, e principalmente na relação que o agricultor passa a ter consigo mesmo, pois deixa de ser submisso ao monopólio e passa a ser “dono” do próprio negócio, do seu trabalho e da sua produção, sem necessariamente depender de alguém que compre seu produto para revender. Sua autonomia e independência do sistema capitalista aumentam conforme sua participação e interação das redes curtas.

Apesar da produção em grande escala ser um padrão homogêneo, as últimas décadas têm deixado espaço e abertura para estudos dos novos mercados, que desembocam nos canais de comercialização. Pesquisadores como Scarabelot e Schneider (2012), Ferrari (2011) e Schneider (2007) mostram em seus estudos que as redes curtas são iniciativas de uma mudança social que oportuniza aos agricultores familiares novas possibilidades que contribuem para o desenvolvimento local.

A iniciativa de encurtar distância e os intermediários entre produtores e consumidores é conhecida na literatura como *Short Food Supply Chain (SFSC)*³ (Ilbery; Maye, 2005). Além de reduzir a distância, as cadeias curtas desencadeiam outros efeitos positivos, como o ganho econômico pela logística menor (Rong et al. 2011), os empregos atribuídos aos membros da família e a satisfação do agricultor em disseminar práticas agrícolas sustentáveis e produtos com qualidade.

Além das redes curtas possuírem diversidade na forma de comercialização, como as feiras livres, cestas entregues a domicílio, pequenas lojas de produtos,

³ Tradução: Cadeia Curta de Abastecimento.

venda na propriedade ligada ao agroturismo (Darolt et al. 2016), para Marsden et al. (2000), o mais importante são as informações que chegam junto do produto ao consumidor, de forma que ele saiba quem produziu (produtor), em que local (região) e de que forma (sistema de produção).

Nesse contexto, é notável o quanto as redes curtas são importantes para a agricultura familiar. Uma das formas mais expressivas dessas redes são as feiras livres, uma iniciativa de inclusão social, um espaço para a modernidade alternativa. Nesse espaço, é articulado o reconhecimento de outros valores, além da produtividade, eficiência e escala, que muitas vezes são considerados por outros grupos sociais, inaptos a produzir o desenvolvimento. Essa inclusão social não deixa de ser produtiva e muito menos agrícola, mas está desvinculada a parâmetros estabelecidos e exigidos ao ideário que a modernidade impôs ao meio rural (NIEDERLE, 2017).

Na perspectiva da inclusão das redes curtas, não apenas atribuído ao potencial valor monetário, mas porque elas também se constituem em importantes mecanismos de valorização dos componentes simbólicos que identificam, distinguem e qualificam os alimentos oriundos das diferentes agriculturas familiares (NIEDERLE, 2017).

Podemos entender a agricultura familiar, conforme Niederle (2017), mesmo que ampla e heterogênea, como grupos sociais portadores de valores que diferenciam os alimentos saudáveis, ecológicos, sustentáveis, locais, caseiros e artesanais.

Ainda conforme Niederle (2017, p. 189), esses grupos:

São a expressão de uma agricultura pós-produtivista e multifuncional, de um “rural com gente”, de um rural que abriga uma miríade de povos e comunidades cujas práticas socioculturais são agora revalorizadas, em virtude da contribuição que aferem à preservação da sociobiodiversidade e de um importante patrimônio imaterial. Um patrimônio que, nos novos mercados, torna-se um ativo fundamental para a construção de modelos inovadores de produção e consumo, assim como para a dinamização de novas trajetórias de desenvolvimento territorial.

Assim sendo, as redes de cadeias curtas podem se tornar uma ferramenta importante, de cunho social, ambiental e econômico. São formas de promover um desenvolvimento sustentável equilibrado entre as diferentes somas que implicam e que se contrapõem ao modelo atual de produção. Os consumidores são peças

essenciais para essa transformação, pois é a partir da procura que se aumenta a oferta e, assim, o que antes aparentava apenas uma “utopia agrícola” pode permanecer, aumentar e modificar, mesmo que em escala local e regional, as práticas alimentares.

1.4 OS DIVERSOS OLHARES SOBRE A FEIRA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

As feiras representam uma relação mais direta entre os atores – feirante e consumidor –, o que pode ser considerado também uma rede curta de comercialização, em que a presença de atravessadores é praticamente inexistente, gerando maior autonomia ao produtor e permitindo que os atores negociem os preços dos produtos de forma mais equilibrada, resultando num comércio com tendência a ser mais justo. Diferentemente do que ocorre em supermercados, onde as relações do consumidor com quem produz o alimento é praticamente nula, pois estão distantes.

As feiras da agricultura familiar podem ser consideradas como uma categoria inserida naqueles componentes das cadeias curtas de comercialização e redes agroalimentares, e, ainda, no contexto da discussão sobre abastecimento alimentar urbano. Segundo Belik e Cunha (2015), apesar de o Brasil ser referência na produção e exportação de alimentos, isso não diminui os desafios implicados em fornecer alimentos à população urbana, sobretudo considerando o aumento gradual da urbanização no país, que vai resultando em novos modos de consumo alimentar das famílias. Para os autores, um dos problemas centrais no que se refere ao abastecimento alimentar nas cidades está no resultado de um abandono de ações públicas de abastecimento, que é a “falta de opções de comercialização para a produção familiar” (p. 218). Os autores destacam a elevada produção de horticultura nas áreas com até 50 hectares no Brasil, baseado em dados do Censo Agropecuário de 2006⁴, e defendem que, “de forma massiva, a alimentação da população está relacionada a estabelecimentos de pequeno porte, na sua esmagadora maioria da

⁴ Os dados do Censo se referem às informações colhidas através das seguintes variáveis, referidas a 31.12.2006, data de referência da pesquisa: total de estabelecimentos agropecuários; área total dos estabelecimentos agropecuários; área total de lavouras; área de pastagens; área de matas; total de tratores, implementos, máquinas e veículos; características do estabelecimento e do produtor; total de pessoal ocupado; totais de bovinos, e bubalinos, de caprinos, de ovinos, de suínos, de aves (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos), de outras aves (patos, gansos, marrecos, perus, codornas, avestruzes, perdizes, faisões e outras); e produção vegetal (IBGE, 2006).

agricultura familiar⁵” (p. 219). Tendo como base o mesmo Censo Agropecuário, Gazolla (2017) aponta em seus estudos que as vendas diretas aos consumidores são responsáveis por 13,56% da fatia do valor da produção de alimentos comercializados no Brasil, ocupando a terceira posição nos canais de comercialização. Dentre as tipologias de canais de comercialização das agroindústrias familiares definidas por Gazolla (2017), a que se refere às cadeias curtas, ou seja, aquelas de venda direta do agricultor para o consumidor ocupam 50,9% dessa fatia.

Se analisarmos esse contexto, as regiões onde a monocultura predomina, como é o caso dos municípios em estudo nesta pesquisa, não é difícil perceber a importância da agricultura familiar de produção diversificada da região para o abastecimento alimentar nas áreas urbanas. Por outro lado, apesar de sua importância, os agricultores familiares enfrentam dificuldades em ocupar espaços de abastecimento alimentar nas cidades, como os mercados maiores. A exceção seria para aqueles agricultores mais estruturados e com maiores aportes financeiros para investimento. Assim, aos demais agricultores, resta se organizarem em associações e comercializarem seus produtos nos pequenos mercados de bairros e, ainda, diretamente ao consumidor, através das feiras.

1.5 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar pode ser entendida, conforme Veiga (1996), como uma organização familiar ou de parentesco, que visa desenvolver diferentes produções, com ênfase na diversificação, tendo as decisões tomadas pelo proprietário no próprio local. Para Schneider (2016, p. 95), os agricultores familiares são caracterizados como uma

“forma social específica de trabalho e produção que se situa em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais”.

⁵ Os Censos Agropecuários de 2006 e preliminares de 2017 definem a Agricultura Familiar com base na Lei 11.326/2006 (FRANÇA, et al. 2009).

Não existe um conceito único para agricultura familiar, no entanto, faz-se necessário diferenciá-la da agricultura patronal, em que a característica principal é a forma de empreender o que ofertam.

Visto que a agricultura familiar se diferencia em muitos pontos da agricultura patronal, pode-se dizer que a primeira possui um perfil essencialmente distributivo, enquanto a segunda concentra rendas. Em termos socioculturais, a patronal tende a uma exclusão social maior, pois possui um sistema chefiado por fiscais e gerente, com poucos empregados residindo próximo ao trabalho, funcionando à base de boias frias; já no modelo familiar, trata-se de um conjunto de pessoas muito próximas e com relações menos exigentes com relação à patronal, e a sua produção é diversificada, possuindo mais maleabilidade nas decisões, sendo sua versatilidade oposta à da patronal (VEIGA, 1996).

A agricultura familiar é extremamente significativa no mundo todo, pois possui uma grande diversidade alimentícia, além de envolver a maioria dos agricultores, sendo a grande responsável por alimentar as populações. Para conhecimento, no ano de 2014, o Centro para Aprendizagem em Agricultura Sustentável (*Centre for Learning on Sustainable Agriculture-ILEA*) publicou que a agricultura familiar cultiva 62% das terras africanas, isso considerando que 60% possui menos de um hectare, sendo que apenas 20% das terras são cultiváveis, entretanto, com essa porcentagem, alimenta e emprega dois terços da população. Segundo essa ficha técnica, os agricultores utilizam práticas tradicionais, não usam fertilizantes químicos e sementes melhoradas geneticamente, contribuindo para a preservação dos ecossistemas e do ambiente como um todo.

Na região da Ásia e do Pacífico, local com grande diversidade, contendo 60% da população mundial, abriga também 70% dos agricultores familiares do mundo, que são responsáveis pela produção de 80% dos alimentos para a região, entre alimentos em geral, pescados e criação de animais. O desenvolvimento dos mercados locais é bastante influenciado pela cooperação e resiliência das comunidades desses agricultores, que também preservam as tradições, o patrimônio cultural, os ecossistemas e paisagens rurais (ILEA, 2014).

A década de 90 é um marco importante para a agricultura familiar no Estado Brasileiro, pois é a partir daí que ela ganha destaque e reconhecimento, principalmente do ponto de vista econômico e político. Esse destaque é atribuído a diferentes movimentos sociais do campo, a pesquisas científicas e à relevância na

economia nacional (Cunha et al. 2017), pois 70% dos alimentos que chegam até os consumidores advêm da agricultura familiar (SOGLIO, 2016).

A agricultura familiar pode ser entendida de distintas formas, como as citadas anteriormente. Neste trabalho, consideramos também o que destaca Abramovay (1998), que foi um dos primeiros no Brasil a tratar desse conceito, argumentando que “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (p. 146). Partilhamos esse conceito, pois partimos dele para caracterizar os agricultores-feirantes desta pesquisa, que se encaixam neste termo.

Analisando as palavras de Pereira et al. (2017), ao afirmar que a agricultura familiar e o desenvolvimento rural com bases sustentáveis são impulsionados pela produção dos alimentos quase nulos de agrotóxicos e comercializados nas feiras livres, percebemos o quanto é possível extrair das vivências rurais e como as lutas diárias de quem permanece no campo são íntegras, pois, em meio às tribulações capitalistas e da monocultura dominante, a agricultura familiar tem demonstrado grande capacidade de se adaptar e de ser resiliente.

Frente às mudanças do sistema agroalimentar e do modo de consumo, podemos dizer que a agricultura familiar apresenta certa vantagem, pois a ela está associado que os produtos e alimentos são tradicionais, coloniais, orgânicos, saudáveis e artesanais, um “conjunto de valores agora valorizados pelos consumidores urbanos” (FERRARI, 2011, p. 85). O principal escoamento dos produtos da agricultura familiar são as cooperativas regionais, a venda de porta em porta, as feiras de produtores e os pequenos mercados locais. Para Wanderley (2003, p. 47), “são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida)”, mas, sendo atores da sociedade e inseridos no mercado capitalista, “devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade” (p. 47-48).

Portanto, entendemos a agricultura familiar como um movimento social de trabalho, produção e desenvolvimento rural. Desta feita, a oportunidade de manter as famílias no campo e a diversidade na produção “a torna um pilar para a segurança alimentar brasileira, sem deixar de respeitar os caminhos que levam para a sustentabilidade no campo” (HERPICH, 2017, p. 19).

1.5.1 Agricultura Familiar no Oeste do Paraná

Segundo dados do IPARDES (2010), a agricultura familiar está inserida na grande maioria em estratos de até 50 hectares, condicionada a menos de quatro módulos fiscais, pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (IBGE), que no Paraná pode variar de 5 a 30 hectares⁶.

Diante do exposto no item anterior, de que a agricultura familiar representa uma parcela significativa de quem produz os alimentos que abastecem a população urbana, demonstramos, aqui, o quanto ela é representativa no Estado do Paraná. Do Censo Agrário de 1996 para o de 2006, os estabelecimentos da agricultura familiar não tiveram um aumento significativo, entretanto, dos 371.051 estabelecimentos no Paraná, 80% correspondem ao dos agricultores familiares, ou seja, 302.902.

A construção na estruturação da agricultura e pecuária no Oeste do estado é datada do final da ocupação definitiva na fase do pioneirismo em meados de 1930, em que se torna a base da economia, mediante a produção de alimentos para autoconsumo das famílias, com venda dos excedentes nos mercados locais. A primeira atividade a ter grande desenvoltura foi a suinocultura, cujo excedente trouxe avanços e desenvolvimento para a região. Já no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, tem-se o início da chamada “revolução verde”, mudando o cenário da agricultura, que passa a produzir de forma acelerada cultivos de milho e soja (CRESTANI et al. 2016).

A suinocultura, a pecuária e o monocultivo ainda permanecem frente à economia da região neste século, pois, além de fornecer matéria-prima para diferentes setores industriais, também oportuniza emprego e continuidade de muitas famílias nas unidades de produção.

Sendo os dois municípios em estudo colonizados praticamente da mesma maneira, tanto em aspectos dos imigrantes quanto das atividades realizadas na época, suas estruturas econômicas são também semelhantes. O Oeste do Paraná passou por diferentes estratos de atividades econômicas desde a chegada dos primeiros imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por volta de 1930, sendo que em anos anteriores houve outras fases de colonização, mas que não representam interesse para esta pesquisa.

⁶ A medida do módulo fiscal é estabelecida pelo âmbito municipal.

Das diferentes atividades realizadas desde o início da colonização, houve o período de extrativismo da erva-mate, paralelamente ao da madeira. Ambas as atividades foram de extrema importância para época, pois, além do consumo da erva e uso da madeira para construções, também era feito a exportação desses produtos, tanto para os países vizinhos, como a Argentina, como para países da Europa (VOLL, 2016).

Como a região Oeste possuía condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura, o que ainda hoje se constata, foi um dos grandes motivos da permanência e insistência dos imigrantes em ocupar essas terras. Entre 1930 e 1975, foi implantado o cultivo da hortelã, com o objetivo industrial, principalmente alimentício e farmacêutico, pois, da hortelã, extrai-se o óleo chamado mentol (MAY et al., 2007). Essa produção exigia uma grande quantidade de mão de obra, pois sua produção, cultivo e colheita era feita toda manualmente. Embora empregasse muitas pessoas, sua produção não foi sustentável, pois seu ciclo era muito curto. Dessa maneira, era necessária outra produção para substituir a hortelã, foi quando o algodão ganhou espaço (VOLL, 2016).

A produção de algodão conseguiu absorver a mão de obra presente na região devido à produção de hortelã, e teve uma grande repercussão na década de 80, quando passa a ganhar espaço no mercado externo. Só que, assim como a hortelã, o algodão não conseguiu se manter estabilizado e sua produção passa a decair ano após ano. Sem mais essa alternativa de produção, principalmente os pequenos produtores se veem sem essa renda também (VOLL, 2016).

Outra alternativa engajada pelos pequenos produtores foi a piscicultura, atividade recentemente no Brasil e no Paraná, datada de 1990 em diante. Teve altos e baixos, sendo que alguns municípios da região Oeste despontaram, como Assis Chateaubriand, Palotina e Toledo. Com a ajuda do poder público, o município de Assis Chateaubriand quase fez uma marca própria com a piscicultura, mas, diante de mudanças políticas em 1996, perdeu o apoio governamental, porém, consolidou essa atividade como um importante produto econômico para a região Oeste (VOLL, 2016).

Das atividades já citadas, a suinocultura ganhou força e grande relevância para a agricultura familiar nas últimas décadas na região, pois necessita de mão de obra familiar, gerando renda principalmente aos pequenos produtores, pois é uma atividade que não exige maquinários e tecnologia, assim como a terra para a

implantação não necessita ser grande e cultivável. É uma atividade que gira em torno de outras cadeias importantes, como a produção de milho e soja, para a produção de ração, a produção de energia através de biodigestores e a produção dos biofertilizantes, ambos produzidos das fezes dos suínos (WINTER et al. 2005).

Essa diversificação na produção, como a capacidade do reinventar e adaptar-se, tornam-se características únicas da agricultura familiar. Essa capacidade de não se considerarem vítimas do sistema capitalista, superando os desafios impostos por esse sistema, faz com que a produção e a permanência no campo tornem esse modelo de agricultura importante e insubstituível, pois é dele que toda a sociedade adquire o alimento de cada dia, independentemente de ser *in natura* ou industrializado e processado, pois, para a manutenção dessas indústrias, é necessário adquirir a matéria-prima vinda da agricultura familiar.

1.6 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ao analisarmos o histórico da agricultura familiar, observamos que ela é geracional. É uma prática adquirida e desenvolvida por nossos antepassados como um hábito de vida e como forma de adquirir alimentos. Com o passar dos anos, esta atividade foi se desenvolvendo e absorvendo contribuições da evolução tecnológica e científica. Com os melhoramentos nessa prática, vieram também alguns problemas, oriundos da imposição do sistema capitalista, em que a produção passou a ser, principalmente, orientada em função de gerar lucros e não mais apenas para a manutenção da existência humana, como era nos séculos passados.

A vida no campo, como pequeno agricultor, agricultor familiar ou camponês, torna-se hoje tema de discussões acirradas em torno de como “ressurgir” a agricultura de forma desenvolvida e sustentável. Após os anos 1970, quando a agricultura passou a ter práticas agrícolas em escala mundial, com maquinários pesados, adubação química, sementes com melhoramentos genéticos e o uso de agrotóxicos, os pequenos agricultores com capital e terras reduzidas passaram a ser excluídos desse mercado em expansão. Muitos resistiram à imposição desse agronegócio, tornaram-se “empregados” dos grandes fazendeiros, outros faziam apenas para a subsistência da família, porém, a maioria se viu obrigada a migrar para as cidades e se tornar assalariados.

Os efeitos desse modelo hegemônico da agricultura industrial trouxeram mais do que prejuízos culturais, sociais e econômicos; ele começou a afetar em grande escala o ambiente (LOSEKANN; WIZNIEWSKY, 2008). Nesse sentido, Gomes (2004, p.183) afirma que:

A agricultura está cada vez mais pressionada pelo conjunto de relações que mantém com a sociedade em geral, sendo emergente o debate sobre a questão ambiental. Essas relações, às vezes de dependência às vezes de conflito, são as que determinam uma chamada ampla para mudanças orientadas à sustentabilidade, não só da atividade agrícola em si, senão que afete de maneira geral a todo o entorno no qual a agricultura está inserida.

Além dos problemas ambientais, temos que nos atentar para a possibilidade de as famílias agricultoras poderem viver em condições de usufruir dos bens naturais de forma sustentável no espaço e no tempo. Porém, para suprir as necessidades, para além do conhecimento da existência de produções alternativas, as famílias necessitam ter acesso às políticas públicas, como a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e mercados sustentáveis que possam servir de escoamento à sua produção, para que não se sintam sem opção, “coagidos” a entregar suas mercadorias somente para o mercado agrícola industrial.

De acordo com Sampaio e Junior (2016), a sustentabilidade na agricultura é um objetivo a ser discutido e alcançado, pois a sustentabilidade na agricultura necessita orientar e qualificar melhor o homem do campo, fornecendo meios e ferramentas para que a aplicação de técnicas menos agressivas seja viável e alcançável economicamente.

A sustentabilidade no campo vai além do uso ou não de agrotóxicos, da produção orgânica certificada ou da introdução da Agroecologia, “transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais, para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 14), transpassa esses campos e se depara em como fazer o uso equitativo do ambiente agora, enfrentando os problemas atuais, vivendo o presente de forma equilibrada, sem afetar o futuro, de maneira que a produção chegue à mesa do consumidor com a melhor qualidade possível e com um preço justo. Em concordância com esse entendimento de agricultura sustentável, tem-se Rao e Rogers (2006, p. 441):

Agricultura sustentável é definida como uma prática que atenda necessidades atuais e de longo prazo por alimentos, fibras e outras necessidades da sociedade, ao mesmo tempo em que maximize os benefícios líquidos através da conservação dos recursos para manter outros serviços e funções do ecossistema, bem como o desenvolvimento humano de longo prazo.

Diante do contexto e apesar das inúmeras discussões em torno da temática sustentável e das tentativas da introdução de novos caminhos para uma agricultura mais sustentável, esta encontra dificuldades em obter resultados mais homogêneos, pois, mesmo no seu conceito mais amplo, segundo Ferraz (2003, p. 21), não será alcançado:

Enquanto prevalecer a lógica de mercado ao invés da lógica das necessidades, pois os padrões de consumo e de acumulação da sociedade contrastam com a finitude dos recursos naturais não renováveis, e com os limites de assimilação e suporte impostos pela natureza (FERRAZ, 2003, p. 21).

Visto a lógica citada por Ferraz (2003), e diante do fato apresentado por Lourenço et al. (2016. p. 39), de que a agroecologia é “um modelo alternativo de agricultura, que constitui um caminho interessante rumo à sustentabilidade”, pudemos observar, durante as entrevistas dos agricultores participantes, que apenas um foi produtor agroecológico, no passado, pois acabou desistindo, devido aos agricultores vizinhos serem produtores de forma convencional. Quando perguntado se conhece a agroecologia, seu Antônio, 65 anos, destaca o seguinte:

Já fui produtor agroecológico, tive problemas de barreira e desisti...é triste pra mim também, porque a gente sabe que veneno não traz vantagem pra ninguém.

O interesse pelas formas de produção dos agricultores, incluindo a agroecologia, se deu pelo fato de que, segundo Altieri e Nicholls (2000), ela pode ser entendida como um sistema que visa fortalecer a produção da agricultura, através da maximização de um componente particular, assim como a otimização do agroecossistema num total. Esse sistema alternativo ao sistema tradicional fortalece a agricultura familiar, que produz em menor escala, mas com uma vasta diversidade de produtos, gerando trabalho e renda às famílias. Através da agroecologia, busca-se uma qualidade de vida com dignidade a aqueles que dependem dela, garantido saúde e tranquilidade aos dias no campo.

O interesse em saber se o agricultor possui a produção no sistema orgânico está relacionado à evolução e superação do padrão de consumo atual, em que os consumidores passam a ter mais consciência em adquirir alimentos mais saudáveis; já os agricultores entendem que o uso dos agrotóxicos prejudica tanto a saúde humana como o meio ambiente (PADUA et al. 2013). Dos agricultores entrevistados, apenas alguns têm produção orgânica. Guilherme, 40 anos, fala da dificuldade em ter uma propriedade orgânica em meio aos convencionais:

A minha propriedade é orgânica, mas tem muito vizinho que é convencional, aí fica um pouco difícil, eu tenho barreira verde, mas mesmo assim o veneno passa às vezes.

João, 54 anos, outro produtor orgânico, afirma que tenta manter o que aprendeu:

A gente trabalha no sistema orgânico, a gente não usa veneno, trabalhei anos com a CAPA e a ACEMPRE, a gente saiu fora, mas sabe como funcionam as coisas, hoje já tem muita coisa que a gente compra nas veterinárias natural, mas para lagarta eu faço da própria lagarta, pro fedede-fede do próprio fedede-fede.

André, agricultor de 52 anos, destaca não ter certificado, mas ser orgânico:

Na verdade assim eu não tenho certificado né, mas é no sistema orgânico.

Com relação à certificação orgânica, apesar de não ser assunto deste trabalho, vale salientar que não é de fácil acesso a todos os agricultores que tentam obter, pois de maneira geral há requisitos burocráticos para se tornar produtor certificado, o que para muitos se torna um incômodo, fazendo com que desistam (MOOZ; SILVA, 2014; TACCONI NETO et al. 2010).

Os produtores de base familiar, com seus conhecimentos tradicionais, passam a atender esse nicho de mercado, em que são oferecidos alimentos mais saudáveis, visto que os agricultores orgânicos possuem bases fundamentais que condicionam a se tornarem um setor importante no país (PINHEIRO, 2012). Em outras palavras, “o potencial brasileiro para a agricultura orgânica são os agricultores familiares excluídos da agricultura química” (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006, p. 291).

A produção dos demais agricultores entrevistados ocorre da maneira mais natural possível, apesar de muitos terem suas lavouras convencionais, entretanto, o que eles vendem na feira é cuidado e mantido o mais longe possível dos agrotóxicos. Diante das falas de alguns agricultores, essa questão foi perceptível:

É orgânica o convencional vem de fora (Rafaela, 58 anos).

Ela vem a ser quase orgânica, porque a gente não usa agrotóxico, só um adubo de aviário, mais nada de ureia (Amanda, 80 anos).

A gente usa um pouco de veneno, porque na roça vai veneno, o que vende na feira daí é mais natural (Soraia, 50 anos).

Para Felipe (32 anos) e sua família, o aspecto meio ambiente sempre está envolvido nas atividades desenvolvidas por eles:

Olha a gente trabalha em cima do convencional, mas sempre tenta trazer para o agroecológico entendeu, voltado ao meio ambiente, tanto que agora a gente tá discutindo, vamos começar a botar um biodigestor na propriedade então à gente sempre está voltando ao meio ambiente, nós temos uma caldeira que queime o biodigestor para diminuir bastante os nossos custos, e voltado para a natureza, porque o produtor que não cuida da natureza infelizmente não vai ter retorno para o futuro.

A intenção de produzir da maneira mais natural possível é um aspecto que muitos dos agricultores(as) entrevistados(as) tentam manter em suas produções, o que está evidenciado nas falas anteriores.

2. A REGIÃO DE ESTUDO

Este item da dissertação é destinado a uma breve apresentação dos municípios em estudo, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, ambos localizados na região Oeste do Paraná, que se destaca pela produção de soja, por ser a maior do estado. Os municípios foram desmembrados de Foz do Iguaçu e, segundo o IBGE de 2010, Marechal possui em torno de 6.500 habitantes a mais e o dobro do território de Medianeira. Esses municípios foram colonizados e povoados, principalmente, por descendentes de imigrantes europeus, oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Medianeira foi desmembrada de Foz do Iguaçu e elevado à autonomia de Distrito pela Lei n.º 99/52 de 31/07/52 e Município pela Lei Estadual n.º 4245 de 25/07/60, publicadas em 28 de julho de 1960, instalado oficialmente em 28 de novembro de 1961 (PREFEITURA DE MEDIANEIRA, [s. d.]). Situado na região Oeste do Estado do Paraná, faz divisa territorial com seis municípios, sendo eles: Missal, Ramilândia, Matelândia, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Itaipulândia (IPARDES, 2018).

O município se situa a 412 metros de altitude em relação ao nível do mar, com as seguintes coordenadas geográficas, 25 ° 17 ' 43 " S e 54 ° 05 ' 38 " W (IBGE, 2017). Possui uma extensão territorial de 325,167 km² (ITCG-PR, 2013), que corresponde a 0,2% da área do Estado, com a população estimada em 45.812 pessoas (IBGE, 2018), sendo a maior parte moradora da área urbana (89,41%), segundo o IBGE (2018). O setor agroindustrial é base da economia do município, agregando diferentes produções, como a pecuária, suínos e aves para corte, além da agricultura voltada para grãos (soja e milho), contando ainda com uma grande cooperativa do setor agroindustrial, que atrai trabalhadores de diversas regiões. O município é considerado destaque no Índice Firjan de 2018⁷ (IFDM), que mede o desenvolvimento dos municípios brasileiros, ocupando a 2ª posição da região Oeste do Paraná e 11º no Estado.

⁷ O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal –, criado em 2008, é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. (<<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>).

A formação administrativa de Marechal Cândido Rondon se deu a partir do desmembramento dos Municípios de Toledo e Foz do Iguaçu, tornando-se Distrito em 6 de julho de 1953, pela Lei Municipal nº. 17/53 de 06/07/1953 e em Município, em 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual nº. 4.245 de 25/07/60 (IBGE, 2017). A instalação do Município foi no dia 25 de dezembro de 1961. Situado na região Oeste do Paraná, faz divisa territorial com sete municípios, a saber: Mercedes, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Toledo, Ouro Verde do Oeste, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado (IPARDES, 2018).

O Município está a 410 metros de altitude em relação ao nível do mar, com as seguintes coordenadas geográficas, 24 ° 33 ' 22 " S e 54 ° 03 ' 24 " W (IBGE, 2017). Com uma extensão territorial de 748,281 km² (ITCG-PR, 2013), possui uma população estimada em 52.379 pessoas (IBGE, 2018), a maior parte habitando a área urbana (83,61%), segundo o IBGE (2018). A economia é baseada em diferentes setores: indústria alimentícia, mecânica, têxtil, produtos minerais não metálicos, pela comercialização de aves de corte, criação de suínos e produção agrícola. O município também possui o turismo, que movimentava a economia local, atraindo visitantes em busca de turismos ecológicos, culturais e de eventos, já que a cidade foi constituída em sua maior parte por descendentes alemães, que construíram suas casas com base na arquitetura enxaimel⁸, trazendo também algumas atividades culturais e tradicionais, como a *Oktoberfest*, festa com muito chopp e danças, os “Cafés Coloniais”, o “Boi no Rolete”, o “Costelão Assado”, entre outras (MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2018).

Assim como em Medianeira, as áreas de agricultura familiar diversificadas ainda resistem neste município, embora esteja sofrendo redução ao longo dos anos, uma característica do Oeste do Paraná, como veremos a seguir.

Segundo Colognese, Gregory e Schallenberger (1999), Stoffel (2004) e Colognese e Stoffel (2007), a agricultura familiar para autoconsumo e comercialização de excedentes na região Oeste do Paraná inicia um processo de transformação na década de 1970, quando a produção local de alimentos tradicionais, como arroz, feijão, batata e mandioca, passam a ser substituídas pela produção de soja e milho, ao mesmo tempo em que ocorre redução das pequenas

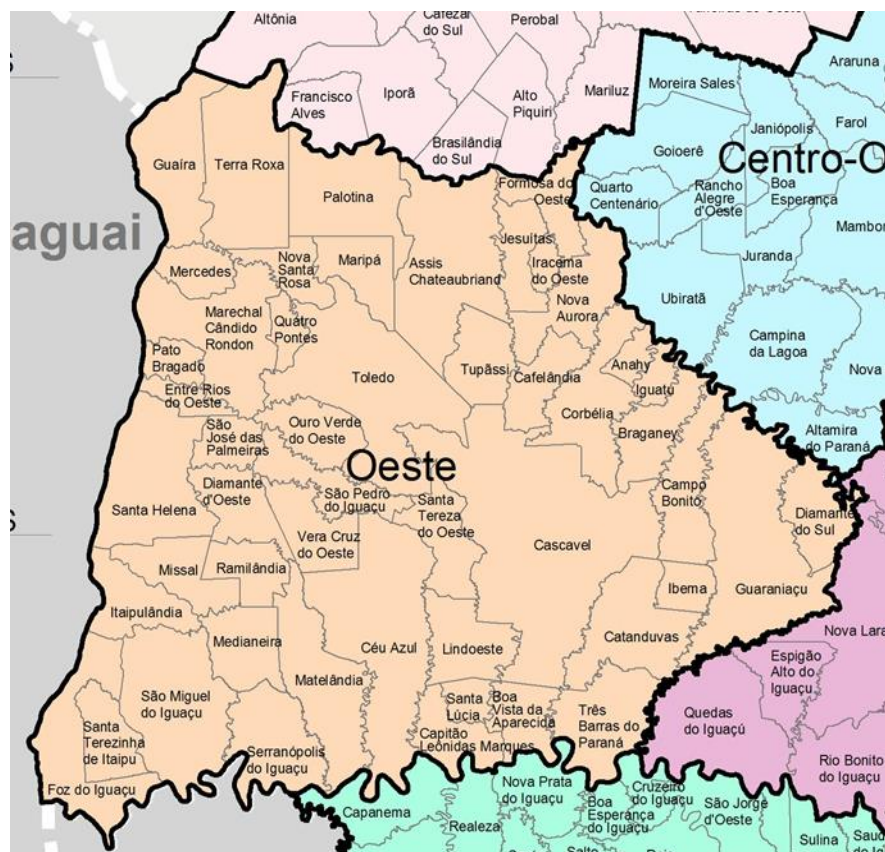
⁸ Técnica de construção comum em algumas regiões da Europa dos séculos XVII e XVIII. Mais sobre isso, ver: Güttes; Valques (2003).

propriedades (abaixo de 50 hectares) e ampliação daquelas acima de 50 hectares, resultando em uma concentração fundiária.

Mas, como apontado pelos autores, apesar de os problemas relativos à reprodução socioeconômica se instalarem nesse contexto, isso não significou um abandono, extinção ou ruptura com a forma de produção tradicional anterior, mas em uma readaptação, que ainda hoje resiste em algumas propriedades de reprodução familiar, na produção de hortaliças, frutas, produtos de panificação, embutidos, ovos, hortifrúti em geral, mel, vinho, queijos, erva-mate, bolachas, melado, açúcar-mascavo. Esses produtos são tanto para autoconsumo como para serem comercializados nas feiras dos dois municípios que compõem esta pesquisa.

A figura 6 mostra a localização dos municípios em estudo na região Oeste do Paraná, demonstrando como estão distribuídas regionalmente.

Figura 6 Mapa da região do Oeste do Paraná



Fonte: IBGE-BASE CARTOGRÁFICA, ITCG, 2010

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, descrevemos a metodologia, região de estudo, a técnica utilizada, os sujeitos da pesquisa, a entrevista e o decorrer das ações durante a pesquisa em campo.

A pesquisa é uma das atividades centrais da ciência; dela, são feitas indagações e constrói-se a realidade, vinculando pensamento e ação (MINAYO, 1994). A opção pelo viés qualitativo se deu em função de que o tipo de pesquisa a que nos propusemos desenvolver possui uma realidade que não pode ser quantificada, apenas consentida por seus significados, valores e crenças, ou seja, questões muito particulares das ciências sociais, no sentido atribuído por Minayo (1994). A autora destaca também que essa realidade é um espaço com relações mais profundas, que a operacionalização de variáveis não condiz com os processos e fenômenos presentes nesse ambiente. As abordagens qualitativas não são medidas na estatística, não possuem médias e equações, não são perceptíveis e captáveis pelas variáveis e possuem significados próprios.

A pesquisa em campo é uma possibilidade de aproximar o que pretendemos conhecer e estudar com o conhecimento reconstruído a partir da realidade encontrada (NETO, 1994).

A abordagem etnográfica foi utilizada, na concepção de Peirano (1995), como um instrumento importante quando se quer priorizar a “voz” dos atores envolvidos e dar especial atenção ao diálogo com o outro.

Sendo assim, atribuímos a esta pesquisa a importância do enfoque qualitativo, encontrando na realidade pesquisada significados e valores únicos, propiciados pela referida metodologia.

3.1 TÉCNICAS DE PESQUISA

As ferramentas utilizadas para a obtenção dos dados foram: a entrevista semiestruturada, a observação e a fotografia. A entrevista semiestruturada é um importante componente na realização da pesquisa qualitativa. De acordo com Neto (1994, p. 57):

“[...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatores relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser natureza individual e/ou coletiva.”

Segundo Poulain e Proença (2003), as entrevistas feitas de forma pessoal representam um dos métodos considerados mais confiáveis, consiste em “fazer falar” as pessoas quando interrogadas sobre determinado assunto, dando margem ao entrevistador para aprofundar as questões.

A observação, segundo Lima (2015, p. 94), “diz respeito ao que é testemunhado pelo pesquisador; são detalhes muitas vezes relevantes, mas que nem sempre são fornecidos pelos interlocutores por razões diversas”.

As fotografias atuam como registro de campo, não obrigatório, mas importante. Segundo Martins (2008, p. 26), a inserção das fotografias “é um recurso que amplia e enriquece a variedade de informações de que o pesquisador pode dispor para reconstruir e interpretar determinada realidade social”.

3.2 A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

De acordo com a visão antropológica, ao interpretar os textos, é necessário compreender além do significado cultural, as falas, os olhares, o silêncio, gestos e ações que muito dizem a respeito dos atores envolvidos (BONI e QUARESMA, 2005).

Ao refletirmos sobre o exercício da pesquisa e a construção do nosso conhecimento, faz-se necessário utilizar da tríade do olhar, do ouvir e do escrever (OLIVEIRA, 2000, p. 18). “No olhar e no ouvir realiza-se nossa percepção, e no escrever o nosso pensamento exercitar-se da forma mais cabal, como produtor de um discurso criativo”.

Sendo assim, o pesquisador, quando em campo, torna-se uma espécie de intermediário entre o locutor e o leitor das análises dessas falas. Cabe ao pesquisador transformar as falas no mais próximo da sua realidade, cuidando, segundo Peirano (1995), para não fazer da interpretação do texto etnográfico uma conjuntura de depoimentos, mesmo que criativos, pois a criatividade não “pode

superar a falta de disciplina e a carência de um *ethos* científico” (PEIRANO, 1995, p. 31).

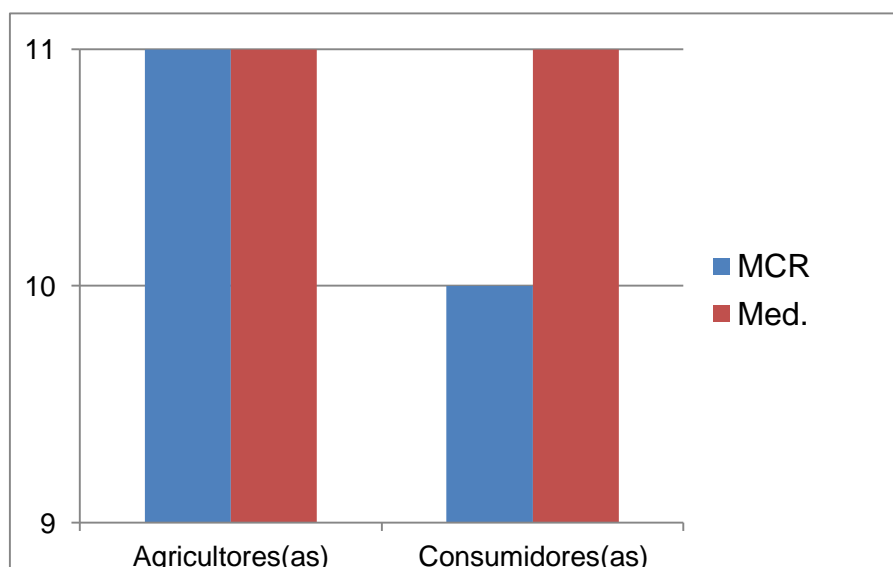
Dessa maneira, “o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivo e, depois, a escrita etnográfica pretende comunicar ao leitor (e convencê-lo) de sua experiência e sua interpretação” (PEIRANO, 2008, p. 6).

As entrevistas (APÊNDICE 1) foram gravadas com a autorização dos interlocutores e os nomes descritos ao longo desta pesquisa são pseudônimos, usados para preservar a identidade do participante.

3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa dentro do ambiente das feiras foram escolhidos de maneira aleatória. A definição do número de entrevistas se deu em função daquela com menor número de agricultores participantes, no caso a de MCR, que possuía 17 barracas. Entretanto, algumas eram compostas por revendedores de produtos da agricultura familiar. Dessa maneira, estipulamos a quantia de 11 agricultores. Sendo a feira livre de Medianeira composta por 20 barracas, além dos agricultores representados pela COAFASO, o número definido para este município também foi de 11 agricultores-feirantes, sendo 07 da feira livre, associados à APROME, e 04 representados pela COAFASO. Para manter uma simetria no número de entrevistas, optamos por 11 consumidores em ambos os municípios (Gráfico 1).

Gráfico 1 Dados referentes ao número amostral

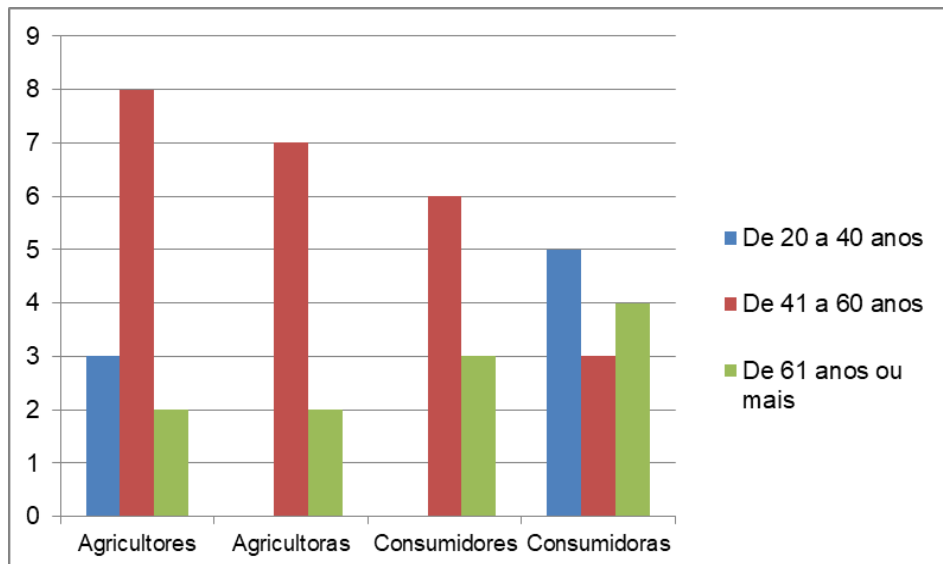


Fonte: pesquisa, 2018

Observando o gráfico 1, podemos perceber que, dos 11 consumidores estipulados para serem entrevistados, em MCR há apenas 10, porque não foi possível transcrever a fala de um dos entrevistados, pois pouco se entende do áudio. Sendo assim, esta entrevista não foi contabilizada.

No Gráfico 2, podemos observar que, dos agricultores-feirantes, participaram 10 mulheres ao todo entre 30 e 80 anos, e 12 homens, com idade entre 30 a mais de 60 anos. Na amostra dos consumidores, foram entrevistadas ao todo 12 mulheres com idade entre 20 a mais de 60 anos e 09 homens, com idade entre 41 a mais de 60 anos.

Gráfico 2 Dados dos entrevistados



Fonte: pesquisa, 2018

3.4 O PERFIL DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS EM ESTUDO

A região Oeste do Paraná começou a receber seus primeiros imigrantes a partir de 1930, com um fluxo migratório vindo do Rio Grande do Sul a partir, principalmente, da década de 40 (GREGORY, 2002). De acordo com Rahmeier, (2016, p. 46), “a base de colonização da região Oeste do Paraná foi de agricultores que tinham como objetivo a aquisição de terras na quantidade que pudessem produzir com a mão de obra familiar”, visto que esse modelo fundiário permanece e se mantém até os dias atuais, pois, para os municípios em estudo, é uma das principais atividades econômicas exercidas.

As entrevistas realizadas com os agricultores-feirantes evidenciaram a mão de obra familiar, realizada principalmente pelo casal com o auxílio dos filhos (81,81%) ou de alguns poucos funcionários (18,18%). Esse aspecto é discutido em diferentes estudos sobre a agricultura familiar, como em Veiga (2001), Abramovay (1992), Schneider (2010; 2016).

Houve, ainda, o depoimento de uma viúva, que permaneceu na terra com a companhia do único filho, assumindo assim a responsabilidade pela propriedade. Outro depoimento marcante foi de um jovem, formado em Medicina Veterinária. Após a conclusão do curso, optou por permanecer na propriedade da família e, juntamente com os irmãos, conduzir uma agroindústria de laticínios.

Apesar da sucessão familiar não ser objeto deste estudo, é possível abrir uma pequena discussão, pautada em autores como Woortmann (1995) e Camarano e Abramovay (1998), que debatem em seus estudos a desistência dos jovens em permanecer no campo, desinteressados a continuar o legado dos pais. Nesta pesquisa, notamos este desinteresse, pois, dentre os agricultores-feirantes, apenas metade (50%) contam com ajuda dos filhos; os demais realizam as atividades em casal (31,81%) ou com a participação de alguns funcionários (18,18%).

As famílias são predominantemente rurais. Moram em linhas ou comunidades, assim denominadas pelos municípios em estudo. Em média, as famílias são constituídas de 3,09 pessoas, incluindo os filhos menores de idade que apenas estudam ou aqueles que moram com os pais, mas trabalham na cidade.

Os agricultores-feirantes do gênero masculino correspondem a 54,54%; destes, 27,27% têm entre 50 e 65 anos e os demais têm entre 30 e 49 anos. Já entre as mulheres, na faixa etária de 50 a 80 anos, temos uma porcentagem de 31,31%; as demais agriculturas-feirantes têm entre 33 e 49 anos (14,15%). As faixas etárias foram consideradas diferentes, pela idade que os entrevistados possuíam, ou seja, não foi possível categorizar a faixa etária para ambos os gêneros.

De acordo com os dados preliminares do IBGE para 2018, constatamos, em comparação a população geral do Paraná, que o número de agricultores-feirantes se encontra acima da média estadual, ou seja, temos mais pessoas dentro da faixa etária citada. Camarano e Abramovay (1998), entre outros, apontam que o envelhecimento e a masculinização da população no campo tende a aumentar, pois, além da saída dos jovens rumo às cidades em busca de melhores condições ou de outras maneiras para sobreviver, as mulheres também participam deste movimento

migratório. Lima (2015) identificou tal realidade também entre agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.

Quanto aos consumidores entrevistados, foi possível perceber que os jovens têm procurado comprar alimentos mais saudáveis direto com o produtor. Durante as entrevistas, observamos que entre os feirantes transitavam rapazes e moças jovens. Casais mais novos também procuravam por esses produtos, além de usarem a feira como local para lanchar. Em pesquisa conduzida por Paula et al. (2018), sobre as feiras de agricultores no município de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, a feira também aparece como local importante para lanches, não sendo raro o público que vai ao local apenas para se alimentar.

É possível afirmar por comparação que Marechal Cândido Rondon e Medianeira se assemelham em diferentes características, seja pela colonização, data de emancipação, atividades econômicas. Nas áreas rurais, essa semelhança também está presente, na maneira de produção, no que é produzido e em alguns hábitos e costumes.

3.5 A CONDUÇÃO DA PESQUISA: O CAMINHO PERCORRIDO

A pesquisa de campo teve como objetivo analisar as relações existentes entre agricultores-feirantes e consumidores, no que se refere ao processo de comercialização, mas também das diversas outras interações possíveis, da simbologia, cultura, tradições, identidades e práticas alimentares, assim como a confiança estabelecida entre os atores envolvidos, observando e tecendo possíveis análises sobre os aspectos e dinâmicas ocorrentes entre as feiras em estudo.

Sobre a simbologia, cultura e tradições, o interesse foi o de saber se alguns dos alimentos adquiridos e vendidos nas feiras traziam lembranças da infância e/ou juventude, se parte daquele espaço remonta ao passado, imagens e pessoas. Além da faixa etária aproximada de todos os entrevistados, perguntamos aos agricultores-feirantes há quanto tempo moram no mesmo sítio da região pesquisada.

Quanto à identidade e às práticas alimentares, a investigação consistiu na produção e suas características tipológicas, ou seja, de que maneira essa produção é realizada (orgânica, agroecológica ou tradicional); em quais locais se realiza o escoamento da produção; como e quando é o preparo para fazer a feira, incluindo

aqui o sentimento de valorização e sentimento de realização dos agricultores quanto à atividade desempenhada.

Em relação aos consumidores, o interesse foi relacionado ao tempo em que é cliente da feira; o que adquirem e por que; se sabem como são produzidos os alimentos comercializados; e se consideram importante contribuir com a agricultura familiar fazendo compras nas feiras.

4. A PESQUISA - DISCUSSÃO EM UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

Todo o planejamento de um projeto, bem como transcorrer as suas etapas, completa-se ou alcança-se com a chegada em campo. O primeiro contato, os primeiros olhares, a quem procurar, representam dificuldades e desafios desvendados aos poucos. Lidar com o público, mesmo que em instâncias pequenas, não significa facilidade em obter o esperado. Abordar pessoas estranhas e convidá-las a participar de uma entrevista requer ao menos uma empatia, uma confiabilidade adquirida em poucos segundos, para assim começarmos uma longa jornada.

Dos cumprimentos ao “muito obrigado” final, delimita-se uma relação com o entrevistado. Durante a entrevista, é possível vivenciar diferentes sentimentos em decorrência da ênfase dada pelo locutor. Pessoas que, ao serem interrogadas, buscam em suas memórias lembranças até então esquecidas ou apenas em *stand*, recordam do passado, da família, do modo como viviam, e deixam o seu presente afortunado com imagem, cheiros, gostos do que um dia vivenciaram. Já para outras, participar da entrevista é apenas um ato de ajudar a quem lhe pediu; não se emocionam e/ou respondem no automático o que lhes foi perguntado.

Ao longo dos meses em que a pesquisa de campo se estendeu, muitas pessoas, quando abordadas, não dispunham de tempo para participar da entrevista. O tempo rege e administra nossos dias, dita regras e nos faz adaptar todo o possível em sua função, seja o trabalho, o estudo, a família os relacionamentos. Tornamo-nos reféns do tempo que nós mesmos criamos. Conforme aponta Harvey (2015), compreender o tempo e o espaço como formas da representação da vida social faz com que as sociedades produzam diferentes sentimentos, tornando os espaços individualizados conforme suas origens.

Através desses questionamentos, obtivemos um rico material envolvendo diferentes pontos de vista, estruturados de maneiras semelhantes. Os sentimentos e as percepções para ambos os atores da pesquisa, bem como a importância do “fazer a feira”, para o consumidor, serão desmembrados em categorias, no intuito de facilitar a leitura e compreensão, assim como transmitir os significados e símbolos dessa comunicação direta entre entrevistador e entrevistado. Para Carvalho e Souza (2013, p. 14), a organização de um trabalho de dados de pesquisa

“deve ser apreendida como uma relação cujos elementos são acomodados em seus devidos espaços por causa de suas características formais”.

Neste sentido, as categorias escolhidas são: agricultura familiar (produtividade, comercialização, redes de sociabilidade), ruralidades e segurança alimentar e sustentabilidade. Em cada uma dessas categorias é realizada uma breve síntese sobre o assunto, entrelaçando às falas dos interlocutores.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR – PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E REDES DE SOCIABILIDADES

Justamente nesses espaços individualizados e carregados de simbologias, as feiras livres, objeto deste estudo, transformam e agregam os saberes e fazeres ali inculcados. Mais do que espaço comercial, onde os agricultores veem seus produtos “transformarem-se” em renda, as feiras são lugares de vivências sociais, culturais e que podem representar, segundo Pereira et al. (2017, p. 68), “um lugar de preservação dos aspectos peculiares ao ambiente rural, da autonomia do (da) agricultor (a) e do fortalecimento dos laços e do saber local”.

Os agricultores familiares comercializam seus produtos, além de seus conhecimentos, cultura e identidade. Esse espaço também se torna importante, segundo Pereira et al. (2017, p. 68), pois:

[...] proporciona oportunidades de abastecimento com produtos de características locais, além de baratos e saudáveis, garantindo a soberania e a segurança alimentar, pois o consumidor sabe onde e como os alimentos foram produzidos e a segurança é garantida no valor acessível, na diversidade e no uso quase que nulo de agrotóxicos, o que serve como um impulsionador da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis”.

Enfatizando a fala do autor, de como os agricultores se sentem importantes, pois produzem e vendem com qualidade, dona Maria, agricultora de 56 anos, deixa isso evidente em sua fala:

Porque o nosso produto é de qualidade, a gente procura sempre oferecer o melhor, o frango é inspecionado acompanhado por veterinário, eu não tenho medo de vender.

Isso demonstra o quanto eles se importam em produzir de forma que o produto final tenha qualidade, que o cliente sinta gosto em adquirir tal mercadoria. Felipe, agricultor, 32 anos, trabalha com um laticínio familiar e afirma que:

Todo mundo quer comer coisas boas, então a gente traz o melhor pra feira, para tentar agradar o nosso cliente.

“Agradar” significa muito para ambas as partes, pois a volta do cliente só acontecerá se ele gostar do que adquiriu.

As feiras livres podem ser analisadas de diferentes pontos de vista. Podem atribuir diferentes valores imateriais (social, cultural) e contribuir com a economia local e regional. Sabemos que este espaço público é de fato resistência e adaptação de fragmentos da sociedade, advindos de relações do passado, mas que permanecem existindo no presente.

Nesse contexto, quando entrevistados, os consumidores deram respostas diferentes para o que entendem como agricultura familiar, embora o princípio seja coincidente:

É um trabalho desenvolvido em família dentro da pequena ou média propriedade, pessoas desenvolvem um rendimento sustentável como tem vários agricultores aqui (Mateus, 45 anos);

Agricultura tocada pelos da família (Marta, 30 anos);

É quem trabalha com a família na agricultura (Pedro, 54 anos).

Muitos dos entrevistados não sabiam o significado de agricultura familiar. Outros apenas associavam a algum tipo de programa do governo, entretanto, quando perguntados se achavam importante contribuir com a agricultura familiar adquirindo seus produtos, a resposta foi unânime:

A eu acho, porque é o sustento deles (Lurdes, 63 anos);

Na minha opinião, eu acho que é, primeiro estou comprando uma coisa mais natural, mais saudável e o dinheiro já vai ficar aqui (Marcos, 59 anos);

Com certeza (Francisco, 57 anos);

Eles se mantem assim, sim (Silvia, 33 anos).

As feiras livres “tem-se mostrado eficiente na geração de renda e na elevação da qualidade de vida no campo” (p. 8). Sua capacidade de envolver, dinamizar e gerar renda torna-a uma das principais alternativas de comercialização dos produtos da agricultura familiar (PECCINI et al. 2015). Para Araujo e Ribeiro (2018, p. 305), “o espaço na qual o agricultor familiar fica inserido vai além das concepções econômicas, tem importância no desenvolvimento territorial, visto sua alta capacidade de produzir ocupações, renda e qualidade de vida”.

As feiras livres suprem com qualidade a alimentação local e urbana, contribuindo com a economia (ARAUJO; RIBEIRO, 2018). Atrelado à economia, crescimento e melhoramento está o desenvolvimento, e, se visto apenas do ponto de vista econômico, o desenvolvimento se refere somente ao aumento da renda real, ou seja, dos bens (FURTADO, 1961). Conforme Peccini et al. (2015), o desenvolvimento representa uma melhoria das condições sociais, econômicas, culturais, políticas do ser humano, uma ampliação da sua qualidade de vida, uma satisfação das suas necessidades. Porém, nossa intenção aqui é atribuir outras interpretações ao conceito de desenvolvimento, juntamente com a sustentabilidade, atribuídos a uma transição em que a agricultura familiar vem se construindo. Trata-se de uma busca não tão recente, entretanto, muito discutida nos dias atuais, para continuar produzindo de maneira integral, fazendo uso adequado das terras e dos recursos naturais.

4.2 RURALIDADES

Sendo esta pesquisa pautada e transcorrida da agricultura familiar, achamos interessante trabalhar a ruralidade como uma das categorias. Sabemos que o termo “agricultura familiar” foi empregado tardiamente no Brasil, visto de forma inicialmente consolidada nos finais dos anos 1980. Schneider (2003, p. 14-15) esclarece o emprego do vocabulário:

“[...] a chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que inspiraram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta de classes sociais no campo”.

Em consonância com Schneider (2003), Wanderley (1996, p. 02) explica que a agricultura familiar:

“não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada [...]”.

Apesar de a autora citada apresentar fundamentos em sua fala, nos dias de hoje muitos cientistas brasileiros, como Maria José Carneiro, Silvana G. de Paula, José Graziano da Silva, Roberto José Moreira, entre outros, empregam a agricultura familiar ao “novo rural” ou a uma “nova ruralidade”.

Diante do “novo rural”, Wanderley (2000, p. 36) comenta dois fatores importantes que marcam essa transformação. De acordo com a autora, pela primeira vez na história do Brasil:

“a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país.”

E outro fator comentado pela autora é a demanda pela terra traduzida em assentamentos de reforma agrária.

Mas, diante desses fatos, o que caracteriza o “novo rural ou a nova ruralidade”? Com o que isso contribui para a agricultura familiar? Seria um modelo complexo de entendimento da realidade específica ocorrida no campo? Respondemos a essas questões com o conceito de ruralidade estabelecido por Medeiros (2017, p. 181):

“O conceito de ruralidade [...] é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população

mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades.”

Esse conceito, segundo a autora, está sujeito a mudanças e ajustes, devido à própria diversificação do rural. “As atividades socioeconômicas se modificam, as paisagens se transformam, a gestão do território muda, a distribuição do povoamento se altera assim como, as relações de vizinhança” (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Do ruralismo muito temos entendido nas falas dos agricultores entrevistados, mesmo porque a pesquisa como um todo se encaixa neste novo rural. A participação em mercados alternativos, como as feiras livres, que estão inseridas nas redes curtas, a intenção de permanecer produzindo em pequena escala, mas com diversidade e qualidade, indo na “contramão” do sistema capitalista, deve-se à adaptação e à reinvenção todos os dias.

A agricultora com mais idade a participar das entrevistas foi quem demonstrou mais carinho e prazer em fazer feira. Dona Amanda, com 80 anos, esbanja saúde e motivação para trabalhar na lida do campo, e com orgulho em fazer feira, como uma forma de dizer: “Olhe isso, fui eu quem fez!”

[...] é bom de vim, para mim é muito, muito bom de vim, senão com 80 anos eu não vinha mais, as vezes eu fico ruim lá e só espero a sexta para vim na feira...para mim é um remédio (Amanda, 80 anos, agricultora feirante, Medianeira/PR).

Na fala de Carlos, também percebemos o significado de estar ali fazendo feira, fazendo com que produtos tradicionais se tornem “novos” aos olhos dos consumidores, pois depositam confiança, dando credibilidade a esse fazer manual da agricultura familiar:

Eu tenho muitos fregueses certos. Eu acho aqui muito bom, porque a gente conversa direto com eles, eles perguntam como produzir em casa, o que você me indica pra tal coisa, eu passo porque é cliente, amigo... aqui é um lugar de venda e um lugar legal, aqui você encontra cliente, amigo, conversa, tem os companheiros de trabalho é muito bom, você faz mais amizade né, até os amigos dos amigos se encontram, fica conversando, rever as pessoas é muito bom. Aqui as pessoas vem atrás do que gosta, vem buscar sua bolacha, seu salame, vem buscar uma salada, vem comer um pastel, vem pegar o melado que sabe né, a gente aqui consegue vender mais barato do que o mercado, e é uma coisa que não tem química, não tem conservante, não é industrializado, nada, é um produto que faz toda semana, que a gente traz fresquinho, mesmo a chimia que a gente faz, é

feito só na pressão, que veda e pode ficar até dois anos que não vai estraga (Carlos, 54 anos, agricultor feirante, Marechal/PR).

Outro ponto que destacamos aqui é a presença feminina de agricultoras, ocupando terras, plantando, colhendo, administrando propriedades, além dos afazeres domésticos, que antes eram destinados somente às mulheres, e que hoje a uma maior participação dos homens. A agricultura familiar tem se fortalecido com a participação e o empoderamento feminino. Daniel M. do Nascimento, Delegado Federal de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Mato Grosso do Sul (MDA, 2018, on-line), considera a importância da mulher como avanço para o desenvolvimento da agricultura familiar, “as mulheres são, cada dia mais, parte essencial das transformações que visam o desenvolvimento no campo. Elas estruturam as famílias rurais e acolhem como ninguém, a causa da sustentabilidade”.

As mulheres eram maioria dentre os que responderam às nossas entrevistas, não por seleção prévia, mas por serem o maior público presente nas feiras nos momentos da pesquisa e as que se prontificaram a responder sem resistência, tanto entre o público feirante quanto no do consumidor. Para algumas agricultoras, o trabalho da feira faz parte de suas vidas há muitos anos e foram aos poucos compreendendo como lidar com essa atividade, como sinaliza Rafaela, que explica que toda a produção do sítio encontra comprador interessado:

Comecei a produzir para entrar na feira, com derivados de porco, mas isso há 30 anos atrás, depois foi passando o tempo e descobrimos que as coisas que tinha lá (no sítio) poderia ser vendida, porque desperdiçar lá é pior, ai começou entrar outras coisas, porque tudo aqui na feira vende, porque tem esse padrão de dizer que as coisas do interior é melhor, e é melhor mesmo (Rafaela, 58 anos, agricultora feirante, Medianeira/PR).

Fernanda, 48 anos, agricultora em Marechal/PR, faz feira há 20 anos e sente uma alegria em poder fazer a feira há tantos anos:

A é gostoso, é um amor que a gente sente, quando cai um feriado que a gente não pode vir faz uma falta, tem os troquinhos.

Para Catarina, 61 anos, agricultora em Medianeira/PR, fazer feira é um passeio:

Sim e sinto falta quando não venho, apesar de que não falto, gosto muito de vim, não só pela venda como pela conversa, para mim é um passeio.

A feira parece reassumir um papel relevante para os consumidores nos dias atuais. A angústia alimentar vivida, sobretudo, pelos consumidores urbanos em relação às suas escolhas e diante do risco alimentar da ingestão de vegetais contaminados por agrotóxicos, tem feito das feiras de agricultores, principalmente daquelas denominadas como orgânicas e/ou agroecológicas, um lugar de esperança para se adquirir alimentos saudáveis, produzidos de forma mais sustentável, embora nem sempre os preços sejam inferiores aos dos supermercados.

Muitas pessoas reclamam que aqui alguns preços são mais altos do que no supermercado, mais aqui é mais natural, eu sei que é difícil produzir. Eu acho justo e pagaria mais se fosse orgânico, porque é o melhor para a minha saúde, se eu invisto muito melhor na minha saúde eu gasto menos lá na frente (Francisco, 57 anos, consumidor de Medianeira, PR, 2017).

Faz muitos anos que eu frequento feira, e quando eu viajo eu costumo visitar as feiras de agricultores, eu tenho esse perfil de valorizar essa agricultura familiar (Janete, 47 anos, consumidora de Medianeira, PR, 2017).

Nesse sistema de relações entre o consumidor e o produtor-feirante, vão se estabelecendo redes de confiança, em que se forma a “freguesia” e a barraca de preferência, pois, como defendido por Granovetter (2007, p. 13), “as relações sociais, mais do que dispositivos institucionais ou de moralidade generalizada, são as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica”.

Certamente são mais saudáveis, normalmente se conhece a origem, e se acompanha a produção deles de certa forma, isso dá mais confiabilidade no consumo (Maurício, 62 anos, consumidor de Marechal Cândido Rondon, PR, 2017).

Eu compro de todos, mas eu sou freguês de duas barracas específicas a do Guilherme que faz massas, e produtos diferenciados, bolo de banana, mandioca...a massa do pastel dele que é muito boa, e a do Moacir, eles produzem verduras, batata doce, eles assam a batata doce (Mateus, 45 anos, consumidor de Medianeira, PR, 2017).

Sou freguesa só não sei os nomes. Essa relação mais próxima com o agricultor é mais direto, dá de confiar nas coisas, sabe como ele faz, como produz, que é limpo (Sílvia, 33 anos, consumidora de Medianeira, PR, 2017).

Muito mais do que o ganho econômico, as redes curtas, para os agricultores familiares, significam liberdade e autonomia sobre sua produção. Poder vender e

negociar suas mercadorias diretamente com os consumidores tem relevância em diferentes aspectos.

Conforme já exposto, as cadeias curtas são uma forma de mercado alternativo, que proporcionam aproximação entre o agricultor e o consumidor. Essa aproximação vai além do espaço, forma uma interação em que ambas as partes se conectam e trocam informações, conhecimentos e saberes sobre o que cada alimento pode oferecer. Esses mercados alternativos estão se diversificando nos dias atuais. Além das feiras livres e casa do produtor, tem-se a entrega de cestas semanais com diferentes produtos, desde o hortifrutigranjeiro a misturas (massas, pães, bolachas), a venda de produtos de casa em casa, que também está ganhando espaço no cotidiano.

Muitos agricultores e agricultoras mais articuladas conseguem perceber a importância de sua atividade como produtores de alimentos e as inter-relações que existem nesse processo agroalimentar no que se refere inclusive à sustentabilidade alimentar e produtiva. Embora não conheçam as teorias, dominam o engenhoso raciocínio de quem precisa fazer perpetuar sua atividade, como nos mostra o depoimento de um entrevistado:

Eu acho a feira a principal janela, o que a gente precisa é conscientizar o povo que o produto da feira quem sabe não é o mais bonito, a fruta a verdura, mas ele é mais saudável, entendeu, então é isso que a gente tem que divulgar. Mas eu acredito que essa proximidade é o futuro, todo mundo quer comer coisas boas, então a gente traz o melhor pra feira, para tentar agradar o nosso cliente (Felipe, 32 anos, agricultor e associado da AAFEMED, Medianeira, PR, 2017).

Felipe tem uma história interessante. Apesar de não ser assunto de discussão específica desta pesquisa, compreendemos o quanto a permanência dos filhos ou o retorno após a conclusão dos estudos pode dar à agricultura familiar mais capacidade para se desenvolver. Felipe saiu de casa para estudar veterinária em outra cidade; ao concluir o curso, decidiu voltar para a casa dos pais. Empregando seu conhecimento da graduação, convenceu os pais e os irmãos da importância de investir em melhorias para o sítio, começando pelas vacas leiteiras, já que delas se retirava o sustento, sendo que o leite era entregue no laticínio, na época. Hoje, a família de Felipe possui uma agroindústria de produtos derivados do leite, como queijos, iogurtes, nata, manteiga, produtos que abastecem feiras e mercados de Santa Helena e região, como Medianeira e Foz do Iguaçu.

O depoimento a seguir é de uma feirante, de nome Elaine, que já foi agricultora, assim como seu marido. Há alguns anos, o sítio foi vendido e a família se mudou para a cidade. Ela passou a fazer produtos de panificação para comercializar na feira, no lugar das hortaliças. Produz sete tipos de pães, lanches, macarrão, chimias, vários tipos de massas. Elaine precisou se reinventar profissionalmente e de repente se viu empreendedora, mas o espaço da feira permaneceu como principal ponto de venda e de comercialização de seus produtos.

Eu estou há 22 anos na feira já, eu era professora também, até meus filhos nascerem, aí as coisas começaram a complicar, e eu procurei algo que eu pudesse fazer, ajudar meu marido, cuidar dos filhos e não largar o trabalho da Igreja, aí começou assim, hoje eu tenho três funcionários. É minha principal renda [...] eu me sinto bem, eu amo o que eu faço (Elaine, 60 anos, agricultora em Marechal Cândido Rondon, PR, 2017).

A importância da feira para a maioria dos agricultores entrevistados é muito mais profunda e complexa do que se pode observar nesses espaços. Para muitos, a feira significa a renda principal da família, ou uma das mais importantes. É uma labuta diária, aprendida desde muito cedo, já na infância, práticas repassadas entre as gerações, algo que muitos livros não ensinam, mas que tem sua impressão marcada nas mãos, nos rostos e na alma destes agricultores, não como sofrimento, desespero ou a única saída, mas como amor pelo que fazem e orgulho de ser quem são, mesmo enfrentando algumas formas de preconceito, como relatado abaixo por uma das entrevistadas:

Me sinto valorizada, também, algumas pessoas até hoje dizem 'ah...porque é 'colona', mas isso existe e sempre existiu, mas você gostando do que faz é o que importa, é só fazer com amor e carinho que tudo dá certo (Samara, 49 anos, agricultora em Marechal Cândido Rondon, PR, 2017).

A feira entrou nas nossas vidas no momento de necessidade mesmo, porque a gente vivia só da lavoura, aí procuramos alguma coisa como uma renda extra, aí apareceu a feira, há 18 anos e meio que a gente faz feira e hoje é um dos carro chefe (Samara, 49 anos, agricultora em Marechal Cândido Rondon, PR, 2017).

Há já faz muitos anos que faço feira. A gente já trabalhava com feira antes de vir para este município, no município de Missal, depois a gente começou aqui, desde o início da feira a gente está participando [...] as duas coisas, porque a gente produz quando sabe que vai vender. [...] e claro, isto satisfaz, porque caso contrário a gente nem estaria mais na agricultura (Antonio, 65 anos, agricultor e associado da AAFEMED, Medianeira, PR, 2017).

Com esses e outros relatos coletados na pesquisa, percebemos o quanto a feira significa para os agricultores familiares, mesmo que as dificuldades estejam presentes. Muitos disseram notar pouca valorização por parte do poder público das atividades – tanto da feira, quanto da agricultura. A resistência e a persistência, não apenas com as feiras, mas com a pequena produção de alimentos em uma região onde a monocultura da soja avança rapidamente, é uma maneira clara e explícita de querer continuar a reproduzir social e economicamente na sociedade contemporânea, e, por meio do que produzem, fazer-se presentes na mesa de diferentes pessoas ao mesmo tempo.

Na sequência, apresentamos alguns depoimentos de consumidores que descrevem a feira como um espaço agradável e com características peculiares. Adquirir ali, produtos que antes, na maioria das vezes, eram comprados em supermercados, traz ganho ao comprador e ao vendedor, pois é uma forma de valorizar o trabalho do agricultor, comprando direto de quem produziu, adquirindo informações sobre o produto e a forma de produção e recordando, muitas vezes, da infância e juventude, o que está atrelado à memória afetiva.

Tenho lembranças da infância sim, porque na verdade eu vim da agricultura, meus pais eram agricultores, então, depois eu vim morar na cidade...mas se eu pudesse voltar para a agricultura, eu voltaria, porque eu adoro, o campo é mais saudável que a cidade (Leticia, 57 anos, consumidora de Marechal Cândido Rondon, PR, 2017).

Acho importante vir a feira, comprando aqui certamente, estou incentivando a continuidade desse sistema (Maurício, 62 anos, consumidor de Marechal Cândido Rondon, PR, 2017).

A nata não industrializada lembra minha infância que a gente comia essa nata, o pé de moleque [...] eu acho que o governo federal e os municipais deveriam dar muitos mais incentivos, porque ainda falta (Janete, 47 anos, consumidora de Medianeira, PR, 2017).

Eu acho que as pessoas do centro urbano hoje estão ligadas na tecnologia dos celulares, computadores...o filho do país hoje é a agricultura. O país é isso, por exemplo: esse celular seu, talvez a gente nunca consiga produzir, mas nós temos a agricultura, então acho que temos que investir nas máquinas para a agricultura, porque elas são caras e são produzidas fora, então deveríamos produzir aqui para ser mais barato ao agricultor, porque o que vamos exportar para fora é o produto da agricultura, é a comida. E o país deveria conseguir a reforma agrária, pois tem muita concentração de latifundiário, é muita terra para pouca gente (Manuela, 67 anos, consumidora de Medianeira, PR, 2017).

A confiança é outro fator que atrai o consumidor, mesmo que muitos agricultores não tenham selo de certificação ou SIP (Serviço de Inspeção do Paraná). Para os consumidores, os produtos ofertados nas feiras têm mais qualidade, são mais confiáveis do que aqueles comercializados em supermercados. Uma das justificativas dadas é que a família agricultora comercializa na feira os mesmos produtos que consomem e isso demonstra uma relação de confiança muito importante para os consumidores que entrevistamos, pois eles não demonstraram desconfiar se os produtos consumidos pelos agricultores/agricultoras são os mesmos que comercializam nas feiras.

Aqui tudo que tem é bom, é artesanal, é da agricultura, que nem esse queijo colonial, isso aqui não tem lá no Rio, eu nem sei como que fazem, cada um tem um sabor, uma mistura, cada um de uma região, um do alemão outro do italiano, uma coisa que achei aqui é o capricho, as pessoas fazem tudo com muito capricho, e você sabe que está levando uma coisa 100% daquilo que se está vendendo, que se propõe, se você compra leite, você sabe que é puro, que ninguém colocou água, misturou alguma coisa, isso dá credibilidade (Manuela, 67 anos, carioca, morando em Medianeira há 3 anos).

Eu gosto dos produtos das pessoas que trazem da roça, porque às vezes a gente vai no mercado e pode ser que tenha mais agrotóxico, que venha de fora, eu gosto de valorizar o pessoal daqui. Porque a nossa região aqui ela é baseada na agricultura, a gente tem que aprender a valorizar o pessoal daqui pra trazer os produtos daqui. Até teve uma época em que queriam fechar e eu falei: - Nossa é uma perda inestimável, porque o pessoal vem, expõe os produtos deles, não é porque tem etiqueta, que o produto é melhor que o daqui, claro que tem as orientações de higiene, mas eu nunca tive problema com produto nenhum daqui que eu comprei, são todos de excelente qualidade, o pessoal atende com muito carinho, e uma coisa que eu fico sentida, as pessoas às vezes falam: - Nossa, você pagou dois reais nesse pezinho de alface? Ai eu falo: - Mas você viu como estava o clima, você viu se o clima ajudou, o pessoal foi lá, plantou, a gente que já fez parte disso já sabe o que é (Valéria, 38 anos, consumidora, Medianeira/PR).

As falas desses entrevistados demonstram uma valorização dos produtos que vêm do campo, mas também da cultura rural, dos modos de fazer, contidos na elaboração desses produtos. Na primeira fala, a de Manuela, Medianeira, está presente um olhar, talvez até romantizado de alguém acostumado a viver numa capital como o Rio de Janeiro, em sua percepção sobre o interior e os agricultores, até no que se refere à honestidade: “se você compra leite, você sabe que é puro, que ninguém colocou água, misturou alguma coisa, isso dá credibilidade”, embora haja inspeção de alguns produtos, o leite é vendido em garrafas PET. As falas

mostram também o peso positivo das interações sociais que se criam entre os atores, estabelecendo normas de condutas pessoais que são também comerciais e vice-versa. O respeito se faz e mantém essas teias sociais e comerciais, que vão contribuindo para legitimar as feiras como lugares centrais nas possibilidades das redes curtas dos municípios envolvidos.

Esses depoimentos, falas e expressões caracterizam a ruralidade, um espaço repleto de humanos, de histórias e tradições. Os consumidores tornam possível essa existência de agricultores familiares, nessa busca por uma dieta mais rica em alimentos cheios de símbolos, cultura e qualidade, e os agricultores se sentem importantes por fazer parte da construção de uma sociedade mais igualitária, atendendo a um público exigente e fiel ao que é bom e faz bem.

4.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE

No que tange à segurança alimentar e nutricional, soberania e sustentabilidade, as feiras representam importante espaço de interface. Segurança alimentar e nutricional são aspectos essenciais pelo fato de, *a priori*, as feiras comercializarem produtos de um tipo de agricultura em que se utiliza maior controle de produtos agrotóxicos, ou nenhum, sobretudo, porque os agricultores comercializam o excedente, ou seja, consomem quase sempre o que produzem. Assim, parte-se do princípio de que a preocupação com a saúde da família, além de uma cultura que envolve uma relação mais próxima com a produção dos alimentos que consomem, garanta minimamente um alimento de melhor qualidade, inclusive, nutricionalmente, ao manifestarem preocupação com as boas práticas de produção agrícola. Nesse sentido, colabora, também, para uma relação mais ecologicamente sustentável da produção ao consumo, mas não apenas, pois há ainda a sustentabilidade social, ao permitir interações entre os atores desse tipo de local de comercialização.

Os consumidores, ao buscarem pelos produtos das feiras, falam de uma peculiaridade de um consumidor que busca por qualidade alimentar, pela valorização cultural dos alimentos, inclusive de quem o produz, incorporando nas escolhas alimentares o comer para além de um ato fisiológico, mecânico, mas também cultural e simbólico. Alguns depoimentos ressaltam essa percepção, como o da consumidora Janete, de Medianeira, já relatada ao longo deste trabalho, que

afirma se preocupar menos com o preço do produto e mais com a sua qualidade, pois tem medo de alguém de sua família sofrer uma intoxicação alimentar, além de evitar os alimentos ultraprocessados. Há também o depoimento da agricultora Rafaela, de 56 anos, de Medianeira:

O produto que eu trago aqui, trago de qualidade e não em quantidade, lá em casa as vezes deixo de fazer minhas coisinhas para trazer algo bom para aqui.

Angélica, também de Medianeira, 56 anos, compartilha de semelhante preocupação:

O nosso produto é de qualidade, a gente procura sempre oferecer o melhor, o frango é inspecionado acompanhado por veterinário, eu não tenho medo de vender.

Rafael, agricultor, demonstrou sua preocupação em manter uma postura coerente em relação à produção de qualidade e preocupação com a sustentabilidade, embora não tenha utilizado essa expressão:

Eu acho isso (a produção responsável) o futuro, porque a cada dia que passa a gente pega aí alterações em alimentos, adulterações no leite, na Carne, porque, porque a indústria quer produção rentabilidade entendeu, e o consumidor não, a cada dia que passa ele quer mais qualidade, ele quer essa proximidade, ele quer saber se sua vaca está doente, tem carrapato, se ela é saudável, o que ela come, e com isso eu acho muito importante pra quem produz certo, porque a indústria não pode fornecer isso ao consumidor e nós podemos. Eu acho a feira a principal janela, o que a gente precisa é conscientizar o povo que o produto da feira quem sabe não é o mais bonito, a fruta a verdura, mas ele é mais saudável, entendeu, então é isso que a gente tem que divulgar, mas eu acredito que essa proximidade é o futuro, todo mundo quer comer coisas boas, então a gente traz o melhor pra feira, para tentar agradar o nosso cliente (Rafael, 32 anos, Medianeira).

Seu Almir, 54 anos, morador de Marechal Cândido Rondon, afirma ser frequentador assíduo da feira; ele adquire, sobretudo, frango caipira, linguiça, queijo e hortaliças. Para ele, a qualidade é o diferencial: “Os produtos são mais saudáveis, cem por cento melhor do que no mercado, não pode nem comparar.”

Todos os consumidores entrevistados, os já fregueses e, também, os menos assíduos, afirmaram ter a compreensão de que os produtos que adquirem nas feiras são melhores e mais saborosos e que consideram a valorização desse tipo de mercado uma forma de responsabilidade, como consumidores, em colaborar para a sua continuidade, embora tenham consciência das mudanças na forma de aquisição

de alimentos que se ampliam. No entanto, acreditam exercer um papel muito importante para a manutenção das feiras em seus municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas no desenvolvimento desta pesquisa de mestrado têm como intenção chamar a atenção para a importância das feiras como redes curtas de comercialização, no que se refere à sua múltipla sustentabilidade, tendo em vista que os objetivos propostos eram analisar e compreender as relações existentes entre agricultores-feirantes e consumidores no que se refere às diversas relações que se estabelecem entre esses atores, desde o processo de comercialização até a amizade construída e o ato de se tornar freguês. A sustentabilidade econômica representa, para todos os agricultores e agricultoras-feirantes, importante (quando não a principal) fonte de renda familiar. As feiras permitem, ainda, formas de negociação informal dos preços praticados, que podem ser aplicados em comum acordo entre quem vende e quem compra. A sustentabilidade social e cultural está dada na sociabilidade que permeia as práticas comerciais entre os atores; nas relações de confiabilidade que se estabelecem entre as partes; nos tipos e qualidade dos alimentos ofertados pelos agricultores e buscados pelo consumidor e pela perpetuação da cultura de um comércio que permite relações mais afetivas e próximas, em torno do alimento e das práticas alimentares.

Tais discussões são relevantes e contribuem para o avanço do debate sobre as feiras da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural sustentável, sobretudo, situando-os no Oeste do Paraná, além de colaborar para ampliar o status das feiras como lugares de grande importância no que se refere às trocas sociais, culturais e econômicas, estabelecendo uma centralidade quando se trata de redes curtas de comercialização e abastecimento alimentar nas áreas urbanas.

Observamos que, em ambas as feiras, a cultura, interação, troca, sustentabilidade, comercialização e consumo formam um sistema interacional em que ganham os agricultores-feirantes, os consumidores e fregueses. Benefícios para aqueles que enxergam nas feiras uma referência de práticas alimentares saudáveis. Benefícios para os agricultores e agricultoras familiares, que investem numa produção rural sustentável, compreendendo que produzir com equilíbrio ambiental é possível, ainda que estando inseridos em um contexto regional da centralização da monocultura da soja e do milho. Nesse sentido, os agricultores-feirantes vão reagindo em uma atividade de produção em pequena escala de alimentos, mas de

grande importância para abastecer a mesa das famílias urbanas na turbulência do cotidiano, competindo assim com grandes indústrias, que ampliam rapidamente o monopólio da produção e distribuição de alimentos. Os consumidores e fregueses, por sua vez, são personagens-chave nesse processo, por persistirem na utilização dessa forma de mercado para o abastecimento alimentar cotidiano, mesmo em face das praticidades oferecidas pelos supermercados e ao valorizar uma alimentação minimamente processada, mesmo diante da oferta fácil dos alimentos ultraprocessados.

Através dos relatos, também constatamos que os frequentadores das feiras são atraídos não apenas pela opção de alimentos mais saudáveis, frescos, de origem que consideram como sendo confiável, mas também porque o espaço da feira lhes proporciona importantes relações e interações com os agricultores e com outros frequentadores. Nas falas dos agricultores, ficou claro o significado das feiras, não apenas como importante fonte de renda, mas também como uma manifestação – às vezes consciente e, às vezes, automática – enquanto representação social, de suas peculiaridades como atores fundamentais no processo da cultura alimentar e da segurança alimentar.

Outro ponto relevante desta pesquisa era comparar a dinâmica entre as duas feiras. Nesse sentido, observamos que a de Medianeira se sobressai devido ao cooperativismo atrelado às suas atividades. Com a cooperativa COAFASO, os agricultores familiares adentraram em outro nicho de mercado: a participação dos programas governamentais na aquisição de alimentos. Agricultores que, antes, não tinham a oportunidade de escoar seus produtos, hoje possuem a oportunidade de estar presentes na alimentação de muitas crianças, o que de forma inconsciente os torna integrantes de um sistema e formalizações importantes para a sociedade. Esses aspectos se refletem também nos depoimentos dos consumidores e agricultores, que demonstraram menos receio em tratar do assunto, de expor a opinião, além de se mostrarem mais interessados nos aspectos que perpassaram as questões.

Há diferentes estudos em diferentes questões da agricultura familiar que muito contribuem e enriquecem a discussão, sobretudo, no campo teórico. Ao realizar a pesquisa, no entanto, compreendemos o quão complexo é estabelecer conceituação linear para a agricultura familiar, pois é uma atividade muito dinâmica, diversa e múltipla. Em função disso, o desafio parece estar na compreensão mais

aprofundada do que move os agricultores familiares a se manterem na atividade em tempos de tanta pressão do modelo capitalista no sentido de desvalorizar a agricultura de base familiar, ao passo que estimula o avanço da monocultura.

Nesta pesquisa, o interesse foi, inclusive, diagnosticar o (re)significado que os agricultores-feirantes e consumidores possuem das feiras para além do processo de comercialização, mas também de todas as relações que se desenvolvem dentro do espaço da feira, como uma forma de entender que os agricultores não são apenas vítimas da sociedade capitalista monopolizada, e sim que são eles os escritores de suas próprias vidas e histórias, que optam por permanecer fazendo o diferente, porque dessa maneira se sentem vivos, tornando o seu trabalho um produto que não seja apenas para alimentar uma sociedade, mas que essa sociedade entenda a importância vinculada ao ato de produzir em pequena escala, sem agrotóxicos ou com uma quantidade muito reduzida, e na relação que a agricultura tem com desenvolvimento sustentável, tornando possível trabalhar, produzir e usufruir dos recursos naturais, sem que estes sejam esgotados, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da sociedade como um todo.

Por fim, esperamos que este trabalho gere interesse e contribua para aprofundamento das questões aqui tratadas, no que se refere às cadeias curtas, destacando a feira da agricultura familiar. O desejo, com o resultado deste trabalho, é ser um ponto de reforço sobre tal forma de produção e comercialização, no sentido de auxiliar na proteção do lugar ocupado pelas feiras no processo mercantil, compreendendo-as como lugares de contramovimentos no processo de modernidade alimentar e de articulação nas relações de sociabilidade local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília, 2014. 156 p.

ALTIERI, M; NICHOLLS, C, I. Agroecología: Teoría y práctica para uma agricultura sustentable. **Série Textos Básicos para la Formación Ambiental**. México, 1ª Edición, v. 1, 2000. Disponível em: <<https://ivepdas.files.wordpress.com/2010/10/agro01-altieri.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras e desenvolvimento: impactos de feiras livres do comércio urbano no Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba**, v. 7, n. 2, p. 300-327, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ARNAIZ, M. G. **Paradojas de la alimentación contemporánea**. Barcelona: Icaria, 1996, 309 p.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar cidades e promover o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015, p. 217-235.

BOJANIC, A. FAO recomenda que Brasil invista em segurança alimentar. **Agência Brasil**, Brasília, 2017. Entrevista concedida Mariana Tokarnia. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-10/alimentacao-fao-recomenda-que-brasil-garanta-seguranca-nutricional>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 nº 1, p. 68-80, jan-jul/2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, fasc. 2, p. 45-66, 1998.

CAMPOS, K. R. **Movimento Slow Food**: uma crítica ao estilo de vida fast food. 2004. 40 p. Monografia (Especialização) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.pvnocampo.com.br/agroecologia/agroecologia.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARDEL, L. M. P. S; SOUZA, M. N. C. Metamorfoses da continuidade: balas, acarajés e “banhos” – três comércios da Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia. In: ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M de O. **Feiras, feirinhas e feirões**: a ‘economia dos centavos em foco’. São Leopoldo: Oikos, 2017, cap. 2, p. 11-39.

CARVALHO, M. de L. G. de; SOUZA, M. de. Categorização/Classificação. **Cadernos Cespuc**, Belo Horizonte: n. 23, 2013, p. 13-18. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/download/8298/7179>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 95, p. 143-180, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452015000200143&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 18 jul. 2018.

CENTER (ILEA). **Fortalecendo a Agricultura Familiar**. Vozes do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Ficha técnica. ILEA: Wageningen, Os Países Baixos. p. 36. 2014. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Fortalecendo-a-Agricultura-Familiar.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2018.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi do mito à história**. Edunioeste: Cascavel, 1999.

COLOGNESE, S. A.; STOFFEL, J. A. Organização produtiva da agricultura familiar no Oeste do Paraná. In: VANDERLINDE, T.; GREGORY, V.; DEITOS, N. J. (Orgs.) **Migrações e a construção do oeste do Paraná**: século XXI em perspectiva. Cascavel: Coluna do Saber, 2007, p. 69-84.

COLOGNI, M. **Pesquisa de satisfação de clientes**: um estudo realizado na Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná – Unidade de Medianeira - PR. 2016. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade Educacional de Medianeira - UDC-Medianeira, Medianeira, 2016.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011, 495 p.

CRESTANI, L. A. BALLER, L. OLIVEIRA, N. M. de. (Orgs.). **História, fronteiras e territórios: a construção do espaço agrário**. Toledo: Fasul, 2016, p. 150. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/311512324_Historia_Fronteiras_e_Territorios_a_construcao_do_espaco_agrario>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F. de; SALGADO, R. J. dos S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n.3, Jul/Set. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000300427>. Acesso em: 13 nov. 2018.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. de C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr-jun. 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00001.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DE DEUS, R. M.; BAKONYI, S. M. C. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1306-1315, mar/ago. 2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/5625/3595>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

DELORMIER, T.; FROHLICH, K. L.; POTVIN, L. Food and eating as social practice – understanding eating patterns as social phenomena and implications for public health. **Sociology of Health & Illness**, v. 31, n. 2, 2009. p. 215-228.

DOBSON, A. **Green political thought**. London: Routledge, 1994.

FERRARI, D.L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina**. 2011. 347 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49829/000828691.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FERRAZ, J. M. G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. **Indicadores de sustentabilidade em agro ecossistema**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p.17-33.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro - El gusto, la cocina y el cuerpo**. Traducción de Mario Merlino. Barcelona: Anagrama, 1995. 422 p.

_____. Commensality, society and culture. **Social Science Information - 50th anniversary issue**, v. 50, 3-4 sep. 2011. p. 528-548.

_____. Aujourd'hui, il faut manger rationnellement. In: _____. **La croix: actualité**. 2015. Disponível em: <http://www.la-croix.com/Actualite/France/Claude-Fischler-Aujou_rd-hui-il-faut-manger-rationnellement-2015-10-27-1373490> Acesso em: 28 out. 2018.

FRANÇA, C. G. de; GROSSI, M. E. Del; VICENTE, P. M. de A. M. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. p. 96.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: **Fundo de Cultura**, 1961.

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agricultura familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.s). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas** – negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017, p. 185-194.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Introdução e aspectos gerais ao debate. In: _____. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas - negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017, p. 9-24.

GOMES, J. C. C. Desenvolvimento rural, transição de formatos tecnológicos, elaboração social da qualidade, interdisciplinaridade e participação. In: PORTO, V. H.; WIZNIEWSKY, C. R. F.; SIMICH, T. (Org.). **Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo**. Pelotas: Embrapa, 2004.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **Revista de Administração de Empresas**, v. 6, n. 1, São Paulo, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

GUGEL, J. **Cooperativismo na agricultura familiar**. Secretária de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário, 24 dez. 2015. Entrevista a Tássia Navarro. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cooperativismo-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

GÜTTGES, A. A. & VALQUES, I. J. B. A arquitetura germânica e suas influências nas edificações brasileiras: o caso de M.C.Rondon. *Akrópolis*, Umuarama, v.11, nº.3, jul./set., 2003. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/377/http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/377/343>> Acessado em 20/11/2018.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 126 – 152, 2015. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/18625/13595> Acesso em: 13 ago. 2018.

HERPICH, K. P. **Reserva legal e a sustentabilidade da agricultura familiar**. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/medianeira/panorama>>. Acesso em 13 abr. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas dos Municípios**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=destaques&c=4115804>>. Acesso em 13 abr. de 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre os municípios brasileiros**. 2010. Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candido-rondon/panorama>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

ILBERY, B.; MAYE, D. Food supply chains and sustainability: evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. **Land Use Policy**, v. 22, p. 331-344, out. 2005.

IFDM. ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Consulta ao Índice**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-consulta.htm>>. Acesso em: 03 out. 2018.

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico Município de Marechal Cândido Rondon**. 2018. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85960&btOk=0>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico Município de Medianeira**. 2018. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85884>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Nota técnica de IPARDES: ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento. 2010. Disponível em: <

http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_16_ruralidade_agric_familiar_desenv.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

_____. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. Mapa da mesorregião geográfica do Estado do Paraná. 2010. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg>. Acesso em 30 jan. 2019.

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA, E GEOLOGIA DO PARANÁ. **Relatório de cálculo de área dos municípios do Estado do Paraná**. 2013. Disponível em:<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/CALCULO_AREA_DOS_MUNICIPIOS_DO_PARANA_2013.pdf>. Acesso em 23 abr. 2018.

LIMA, R. de S. O Lugar das Feiras Populares de Alimentos na Contemporaneidade. **Blog do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares – OBHA**. 2017. Disponível em:<<http://obha.fiocruz.br/index.php/2017/04/24/o-lugar-das-feiras-populares-de-alimentos-na-contemporaneidade/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Práticas Alimentares e Sociabilidades em Famílias Rurais da Zona da Mata Mineira: mudanças e permanências**. 2015. 204 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2015.

LOSEKANN, M. B.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de Inserção no Assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA - ENGRUP, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, FFLCH, 2008. p. 446-468.

LOURENÇO, A. V.; REIS, C. M. do; VOLKMER, G.; WITT, J. R.; CARVALHO, N. F. de. Desenvolvimento sustentável e agroecologia. In: SOGLIO, F. DAL; KUBO, R. R. (Orgs.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 206 p.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em:<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Ano excepcional na produção agrícola brasileira**. 2017. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/noticias/ano-excepcional-na-producao-agricola-brasileira>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **The Cities**. Disponível em:<<https://www.thecities.com.br/Brasil/Paran%C3%A1/Marechal-C%C3%A2ndido-Rondon/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, out. 2000.

MARTELL, L. **Ecology and society**. Polity Press: Oxford, 1994.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, p. 72-87, ago. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710/3971>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MAY, A.; MORAES, A.R.A. de; BOVI, O.A.; MAIA, N.B.; PINHEIRO, M.Q. **Mentha arvensis** L. 2007. Artigo em Hipertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2007_1/menta/index.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **A mulher no campo e avanço da agricultura familiar**. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mulher-no-campo-e-o-avan%C3%A7o-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 23 nov. 2018.

MEDEIROS, J. C. de. **O turista vai à feira: usos e possibilidades do turismo cultural na feira de Currais Novos/RN**. 2012. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Turismo, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2012.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, R. M. V., LINDNER, M. (Org.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157495>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; NETO O. C.; GOMES R.; MINAYO, M. C. de S (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. cap. 1. p. 9-30.

_____. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2016, 95 p.

MOOZ, E. D.; SILVA, M. V. Cenário mundial e nacional da produção de alimentos orgânicos. **Nutrire**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 99-112, 2014. Disponível em: <http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas_publicacoes/415.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MOTT, L. R. de B. **A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, SP, 1975.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 657 p.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. cap. 12, p. 166-194.

NETO O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, S. F.; NETO O. C.; GOMES R.; MINAYO, M. C. de S (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. cap. 3. p. 51-66.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo XV, São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 220 p.

PADUA, J. B.; SCHLINDWEIN, M. M.; GOMES, E. P. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 225-235, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a09v14n2.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PAULA, M. B. de; SCOPEL, A.; LIMA, R.S. As feiras da agricultura familiar na percepção do feirante e do consumidor: um estudo de caso no município de Francisco Beltrão. **VII CONAPE. UNIOESTE, Francisco Beltrão**. Apresentação de trabalho oral. Out. 2018.

PECCINI, M. D.; HARTMANN, L. C.; CHRISTOFFOLI, P. I. Experiência das feiras livres da agricultura familiar camponesa. **III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento**. 2015. Disponível em: <<http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/Michel-Diego-Peccini-Luiz-Carlos-Hartmann-Pedro-Ivan-Christofolli.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Darumá; 1995.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** [Online], v. 2. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1890>>. Acesso em 18 set. 2018.

PEREIRA, V. G; BRITO, T. P.; PEREIRA, S. B. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, ed. 20, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383/239>>. Acesso em 27 set. 2018.

PETRINI C. *Slow Food: The case for taste*. New York. **Columbia University Press**. 2003. Disponível em: < <https://cup.columbia.edu/book/slow-food/9780231502375>>. Acesso em 10 nov. 2018.

PINHEIRO, K. H. **Produtos orgânicos e certificação**: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira - PR. Ponta Grossa, 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2012.

PLOEG, J. D. V. D.; RENTING, H. BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K. DE; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-9523.00156>>. Acesso em: 27 set. 2018.

PONTES, A. A. M. **Em meio a conversas: experiência nas relações cotidianas numa feira livre de Aracaju**. 2012. 128 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/ SE. 2012.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, R. P. da C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 365-386, out./dez. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732003000400001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 jul. 2018.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 337 p.

PREFEITURA MUNICIPAL MEDIANEIRA. **Município**. Disponível em:<<http://www.medianeira.pr.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

RAO, N.H.; ROGERS, P.P. Assessment of agricultural sustainability. **Current Science**, v.91, n.4, p.439-448, 2006.

RAHMEIER, D. Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná: cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos familiares. 2016. 155 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Toledo/PR. 2016.

RODRIGUES, G. S. Conceitos ecológicos aplicados à agricultura. **Revista Científica Rural**, v. 4, n. 2, p. 155- 166, dez. 1999.

RONG, A. AKKERMAN, R. GRUNOW, M. An optimization approach for managing fresh food quality throughout the supply chain. **International Journal of Production Economics**, v. 131, p. 421-429, mai. 2011.

SAMPAIO, A. M. B.; JUNIOR, S. de P. F. Projeto viver da terra: desenvolvimento sustentável através da agricultura familiar em uma comunidade rural no Semiárido

Caririense. **I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido**. 2016. Disponível

em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV064_MD4_SA3_ID1288_21102016172129.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/sc. **Periódicos UFRGS**, v. 15, n. 20, p. 101-130, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/scarabelot-m-schneider-s-as-cadeias-agroalimentares-curtas-e-desenvolvimento-local-um-estudo-de-caso-no-municipio-de-nova-veneza-sc-faz-ciencia-unioeste-impresso-v-14-p-101-130-2012>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. Charão; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: EDUFRGS. 2016, 416 p.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, mar. 2010.

_____. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil Versão Ampliada. Trabalho apresentado no **Congresso Europeu de Sociologia Rural**. Wageningen, Holanda, 20-24 ago., 2007.

_____. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais Series, 252 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

SEYFERTH, G. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teutobrasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, out. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200003>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SOGLIO, F. K. Dal. A agricultura moderna e o mito da produtividade. In: SOGLIO, F. Dal; KUBO, R. R. (Orgs.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 1. p. 11-38.

STOFFEL, J. A. **A Viabilidade da Agricultura Familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná**. 2004. 127 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2004.

TACCONI NETO, E. A.; RAMOS, A. S. M.; TACCONI, M. F. F. S. Fatores que afetam a competitividade na produção de hortaliças orgânicas no estado do Rio Grande do Norte. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 2, p. 249-262, 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/878/87815126006.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9009/5115>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD), p. 108. 2001. Disponível em: <https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

VIEGAS, F. da S. **As feiras de pelotas contribuem com as cadeias curtas de produção?** 2016, 46 f. Monografia (Bacharel em Administração). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

VOLL, F. A. P. Uma análise da influência de algumas atividades Econômicas na formação do Oeste do Paraná. In: CRESTANI, L. A.; BALLER, L.; OLIVEIRA, N. M. de. (orgs.). **História, fronteiras e territórios: a construção do espaço agrário**. Toledo: Fasul. 2016, cap. 1. p. 10-17.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. Oct, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2. p. 29-37, jul/dez. 2000. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/22105/14471>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, 1996.

WINTER, R., BRAUN, M. B. S., LIMA, J. F. Notas Sobre o Impacto na Produção de Suínos na Bacia do Rio Toledo – Paraná. **Informe GEPEC**, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revistaeconomia/winter%20et%20al.pdf>> Acesso em 19 nov. 2018.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo e Brasília: Hucitec e Editora da UnB, 1995.

ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M de O. Introdução – Breves observações sobre feiras, mercados e campesinatos. In: _____. **Feiras, feirinhas e feirões**: a 'economia dos centavos em foco'. São Leopoldo: Oikos, 2017, cap. 1, p. 7-10.

APÊNDICE 1

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Projeto: Tecendo relações: A feira da agricultura familiar como espaço para além da comercialização de alimento.

Roteiro de entrevistas com o consumidor da feira da agricultura/agricultura familiar para o projeto de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Marechal Cândido Rondon, autoria de Ana Paula Cavali Fontana com orientação de Romilda de Souza Lima.

PARTE DE CAMPO DO PROJETO

Entrevistador: Ana Paula Cavali Fontana

Nome do entrevistado/da _____

Idade: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

1. Como você soube da feira?
2. Qual era a quantidade do consumo de hortifrutigranjeiros por semana na sua casa? Aumentou com as idas a feira?
3. Você sabe o que significa agricultura familiar?
4. Já ouviu falar em produtos agroecológicas? E orgânicos? Sabe as diferenças?
5. O que mudou na vida de sua família com compras de produtos da feira?
6. Você conhece como é produzido os alimentos adquiridos na feira?
7. Você é freguês de alguma barraca em específico?
8. Fez amizades na feira? Encontra conhecidos? Joga conversa fora?
9. Qual a sua relação com o agricultor vendedor?
10. Ir a feira lhe traz lembranças da infância?
11. Você acha importante contribuir com a agricultura familiar?
12. Você ainda compra hortifrutigranjeiro em supermercados?
13. Com que frequência você vai a feira?
14. O que acha da estrutura da feira? Mudaria alguma coisa (local, horários)?
15. Ir a feira é algo prazeroso ou apenas a realização de uma tarefa?
16. Sente falta de algum produto na feira que você encontraria em supermercados?
17. Qual sua opinião sobre os preços dos produtos? É muito acima ou abaixo dos supermercados? É justo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: Tecendo relações: A feira da agricultura familiar como espaço para além da comercialização de alimento.

Roteiro de entrevistas com o agricultor/agricultora-feirante de Marechal Cândido Rondon para o projeto de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Marechal Cândido Rondon, autoria de Ana Paula Cavali Fontana com orientação de Romilda de Souza Lima.

PARTE DE CAMPO DO PROJETO

Entrevistador: Ana Paula Cavali Fontana

Nome do entrevistado/da _____

Idade: _____

Sítio/Linha ou comunidade: _____

Telefone para contato: _____

1. Há quanto tempo é agricultor/agricultora?
2. Há quanto tempo vive neste mesmo sítio?
- 2.a. Quantas pessoas vivem na mesma residência?
- 2.b. Quantas delas ajudam na agricultura?
3. O que é produzido no sítio?
4. A produção é para autoconsumo (só para consumo da família) ou também para comercializar?
5. Essa produção é agroecológica? Ou é orgânica? Ou convencional?
6. Se uma das suas primeiras produções for positiva, de que forma é feita?
7. Em que momento a feira entrou na vida de sua família?
8. Você produz para participar da feira, ou esta veio como alternativa de renda?
- 8.a. Qual produção é a mais importante como fonte de renda?
- 8.b. Toda a sua produção é vendida na feira?
- 8.c. Algum produto de sua venda faz parte de alguma cultura? Da sua infância? Significa ou significava alguma coisa para sua família?
9. Quais suas maiores dificuldades para vender na feira?
10. No início da participação da feira, sentiu algum tipo de preconceito por parte dos consumidores, ou da sociedade?
11. O que significa para você participar da feira? É apenas um lugar para venda dos seus produtos ou existe algum outro valor (sentimento)?

12. Como é a forma de recebimento de sua venda? Existe o 'fiado'? Como confiar no seu consumidor?
13. Para você existe relação além do vendedor/comprador? Você tem algum freguês fixo?
14. Você fez amizades na feira?
14. Quem teve a ideia da feira? Como funciona? Como é feito o controle de quem faz a venda? Porque só dois dias da semana? Porque terça e sexta? E o horário?
15. A estrutura da feira, como foi adquirida? Têm contribuições da prefeitura, associações ou cooperativas?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: Tecendo relações: A feira da agricultura familiar como espaço para além da comercialização de alimento.

Roteiro de entrevistas com o agricultor/agricultora-feirante de Medianeira para o projeto de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus de Marechal Cândido Rondon, autoria de Ana Paula Cavali Fontana com orientação de Romilda de Souza Lima.

PARTE DE CAMPO DO PROJETO

Entrevistador: Ana Paula Cavali Fontana

Nome do entrevistado/da _____

Idade: _____

Sítio/Linha ou comunidade: _____

Telefone para contato: _____

1. Há quanto tempo é agricultor/agricultora?
2. Há quanto tempo vive neste mesmo sítio?
 - 2.a. Quantas pessoas vivem na mesma residência?
 - 2.b. Quantas delas ajudam na agricultura?
3. O que é produzido no sítio?
4. A produção é para autoconsumo (só para consumo da família) ou também para comercializar?
5. Essa produção é agroecológica? Ou é orgânica? Ou convencional?
6. Se uma das suas primeiras produções for positiva, de que forma é feita?
7. Em que momento a feira entrou na vida de sua família?
8. Você produz para participar da feira, ou esta veio como alternativa de renda?

- 8.a Qual produção é a mais importante como fonte de renda?
- 8.b Toda a sua produção é vendida na feira?
- 8.c. Algum produto de sua venda faz parte de alguma cultura? Da sua infância? Significa ou significava alguma coisa para sua família?
9. Quais suas maiores dificuldades para vender na feira?
10. No início da participação da feira, sentiu algum tipo de preconceito por parte dos consumidores, ou da sociedade?
11. O que significa para você participar da feira? É apenas um lugar para venda dos seus produtos ou existe algum outro valor (sentimentos)?
12. Como é a forma de recebimento de sua venda? Existe o 'fiado'? Como confiar no seu consumidor?
13. Para você existe relação além do vendedor/comprador? Você tem algum freguês fixo?
14. Você fez amizades na feira?
15. Quem teve a ideia da feira? Como funciona? Como é feito o controle de quem faz a venda?
16. Como a COAFASO, AAFEMED e a APROME tem envolvimento com a feira?
17. Qual a contribuição do sindicato rural?
18. A estrutura da feira, como foi adquirida? Têm contribuições da prefeitura, associações ou cooperativas?
19. Como foi decidido o contrato dos funcionários pela a COAFASO?